

## ATA DEGRAVADA DA 177ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37

Ao primeiro dia do mês de março de 2013, às nove horas, no plenário da Casa de Direitos Humanos realizou-se a centésima septuagésima sétima Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela presidenta Sra. Maria Juanita Godinho Pimenta, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Tanit Jorge Sarsur – SES, Mauro Alves de Souza - ACONEQUISTAC, Fernando Henrique Guimarães Rezende – SEPLAG, Henedina Dias Fernandes – CMAS/Japaraíba, Márcio Caldeira – ASSPROM, Andréa Medrado – SEDESE, Marcelo Armando – CRESS, Guilhermina Torga – SEF, Marcos Vinícius Dias Nunes – FETAEMG, M<sup>a</sup> Juanita G. Pimenta – SEDESE, Edir Petrucelli – SEE, Luiz George M. da Trindade – CMAS/Lagoa Santa; conselheiros suplentes: Rosilene Aparecida Tavares – CMAS/Montes Claros, Ami Ribeiro de Amorim – Missão Ramacrisna, M<sup>a</sup> Albanita Roberta de Lima – SEDESE, Anália M<sup>a</sup> Ferreira - COGEMAS, M<sup>a</sup> de Fátima Bergamini – Sind-Saúde, Hélio Noberto – CMAS/Pouso Alegre, Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND, André Luís de O. Soares – CMAS/Ituitaba; os convidados: Edma Marinho – SEDESE, Isabela Teixeira - SEDESE; membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Rosalice Tassar, Maria Paula, Nilce Araújo, Elizabeth Chalita, Erika Ribeiro e M<sup>a</sup> Luiza de Carvalho. Justificativas de Ausências: Raquel Fonseca Veloso – SES, Cristiane Nazareth, por motivo de férias; Júlio César de O. Brum – IMSNS, Geraldo Gonçalves de O. Filho, Gilvânia F. de Paula, por motivo de trabalho; Maria Dolores de Cunha Pinto – APAE, informou a impossibilidade de representar a entidade; Mario Roberto Amaral – MDC, devido a imprevistos de última hora. A presidente inicia a plenária: M<sup>a</sup> JUANITA - Com relação à pauta que foi pra vocês nós temos que no ponto D distribuição do processo de usina nós vamos retirar de pauta a PCH Mateus José porque esse conselho solicitou ao empreendedor algumas complementações ao PAS, mas ainda não chegou a esse conselho nós também temos no ponto BB a vista do processo de visita à entidade Aúrea que foi solicitado pelo conselheiro Geraldo ele ainda não chegou se caso ele chegar a gente tá tirando ele acabou de informar que ele não vem então nós estamos tirando de pauta é mais aqui é complicado né a vistas do processo entidade áurea ele pediu pois é a entidade vai ficar prejudicada como é que a gente faz isso (falas ao fundo) é por isso que eu to falando pra vocês que a pauta que tá com vocês tinha essa inclusão desses dois pontos então na verdade a que chegou pra mim eu to retirando pela ausência né essa questão da entidade áurea a gente vai repensar e o PCH Mateus José tá com vocês vai ser retirado de pauta porque não chegou a complementação das informações eu peço a consolação pra dá uma avaliada nessa questão da entidade Áurea para depois a gente trabalhar e tratar dela aqui especificamente com relação aos informes alguém gostaria de inserir informes por gentileza? Tanit? Mais alguém? Congemas Andréa e eu. Bom com

38 relação à deliberação sobre a ata da plenária passada a 172 que foi para o e-mail de  
39 todos eu gostaria de saber se todos estão de acordo se tem alguma inclusão ou  
40 questionamento à ata por favor quem tiver se manifeste? Não! Tá de acordo todo  
41 mundo? MARCELO – bom dia a todos. Eu fiz uma leitura do nosso da nossa ata e na  
42 já na ata anterior eu já tinha detectado alguns problemas que diz respeito a algumas  
43 coisas que estão escritas lá que confundem né e nessa agora já melhorou bem, mas  
44 ainda tem alguns pontos lá que merecem melhor detalhamento porque tem algumas  
45 coisas estão escritas lá que estão assim conforme foi dita pela conselheira tal vezes  
46 no fundo é leitura de feminina voz masculina então não sei isso é necessário estar na  
47 ata. Apesar de existir estes votos que na hora que a pessoa tá fazendo a tradução ela  
48 detecta, mas eu não sei se isso necessariamente teria que tá na ata né é só mesmo  
49 os nomes das pessoas e pronto eu não sei se isso seria um impedimento para  
50 aprovação ou se aprovaríamos ou faríamos esses reparos. M<sup>a</sup> JUANITA –  
51 Consolação, por favor! CONSOLAÇÃO – Bom dia gente! É o Marcelo tinha me falado  
52 isso ontem e eu havia falado pra ele que na secretaria executiva não tem como fazer  
53 uma revisão de ata porque inclusive a deliberação era degravação a empresa a gente  
54 conversou com a empresa ela tá corrigindo a ata anterior inclusive demora mais tempo  
55 a correção do que a degravação existem e vai continuar existindo porque a gente  
56 sempre fala, gente fala no microfone existem várias conversas que não são no  
57 microfone às vezes tem pessoas que para quem está falando e dá uma opinião, então  
58 fica o espaço em branco agora em degravação eu tenho que registrar isso pode não  
59 ser dessa forma, mas pra isso e aquilo que for inaudível a gente coloca essa palavra e  
60 mesmo às vezes a pessoa que está falando e não foi possível identificar quem é que  
61 também foi pedido aqui que quando a gente passa a palavra devemos está falando o  
62 nome quando a pessoa pega o microfone ela fala o nome dela, passou para Tânit ela  
63 fala Tânit o nome dela. Uma coisa assim, porque se não nesse processo de  
64 degravação fica realmente complicado para a pessoa que faz, agora vamos tentar  
65 melhorar e pautar isso na mesa diretora, acredito que o conteúdo ele não está  
66 prejudicado com isso, é também o que eu falei com o conselheiro poderia aprovar para  
67 uma revisão de retirada desses dizeres errados não sei como chama-se isso tem um  
68 nome para isso e onde não for coloca-se inaudível. M<sup>a</sup> JUANITA - na verdade  
69 Consolação vou sugerir que seja chamado a empresa e conversamos com ela  
70 novamente sobre essa questão, para que não seja incluído na ata porque o  
71 conselheiro Marcelo está colocando da preocupação e procede, porque a ata ela vai  
72 para o site, então como nós deliberamos nesse conselho pela degravação da ata é  
73 então isso é fato agora temos que conversar com a empresa não ocorra ou diminua  
74 substancialmente da forma como está acontecendo. Fátima. FÁTIMA – eu gostaria até

75 que na hora que fosse falar que elas falem bem definido né para que não possa haver  
76 nenhuma dúvida, quando for identificar o nome das pessoas afirmar com mais, com  
77 um tom mais firme porque talvez seja por isso que coloca voz feminina voz masculina  
78 dependendo da dúvida de quem está falando. M<sup>a</sup> JUANITA - ok, considerando as  
79 colocações que foram elencadas nessa plenária, todos estão de acordo com a  
80 aprovação da ata senhores conselheiros aprovado a ata, antes de passarmos para o  
81 próximo ponto justificativa de ausência, justificaram a ausência a conselheira Raquel  
82 Fonseca Veloso da Secretaria de Estado da Saúde que está de férias, Júlio César de  
83 Oliveira Brum é do IMSNS por motivo de trabalho, Maria Dolores da Federação de  
84 APAES impossibilidade de representar a entidade e o conselheiro Geraldo que  
85 encaminhou mensagem agora e qual é o motivo Consolação, está em Brasília em  
86 reunião e não teve como chegar a tempo para nossa reunião da plenária, nós já  
87 apreciamos a ata já incluímos os informes, vamos começar agora com os informes é  
88 mudança para a casa de direitos humanos. Esse conselho fez a mudança para a casa  
89 de direitos humanos eu não sei se vocês acompanharam no jornal a Casa de Direitos  
90 Humanos funciona na Avenida Amazonas esquina com a rua São Paulo todos os  
91 conselhos de direito e outros atendimentos do Estado como atendimento à Mulher  
92 Sepam estão funcionando nesse casa de Direitos Humanos por questões estratégicas  
93 nós mantemos essa reunião de plenária aqui hoje porque lá está um pouco  
94 tumultuado, ainda não está organizado a questão da plenária o espaço da plenária é  
95 coletivo. Na mesma lógica da cidade administrativa então nós ficamos com receio de  
96 termos problemas então mantivemos essa reunião aqui a próxima reunião de março  
97 com certeza será na Casa de Direitos Humanos a não ser que aconteça algum  
98 imprevisto e encaminhamos por e-mail. Então todos os conselheiros que quiserem  
99 conversar com os técnicos agora deverão ir à Casa de Direitos Humanos é no sexto  
100 andar é isso Consolação? Nós estamos no sexto andar. Projeto de expansão e  
101 qualificação, outro informe Projeto de expansão e qualificação de medidas sócio-  
102 educativas em meio aberto, esse conselho recebeu da subsecretaria das medidas  
103 sócio-educativas da secretaria de estado de defesa social um ofício encaminhando um  
104 termo de cooperação técnica que será celebrado que está sendo celebrado com várias  
105 instituições no Estado e em âmbito Federal. Em conversa com a subsecretária Camila  
106 essa subsecretaria de medidas sócio-educativas realiza um grande projeto de  
107 capacitação para os municípios com relação à medidas sócio-educativas em meio  
108 aberto com início de abril a outubro onde será em todo o Estado de Minas Gerais  
109 sendo uma capacitação conjunta entre SEDESE/Defesa Social e o sistema de justiça  
110 será feito um lançamento oficial deste projeto, não há data marcada ainda e o CEAS  
111 entra como parceiro nesse termos de cooperação técnica porque no âmbito do SUAS

112 o acompanhamento de medida sócio-educativa em meio aberto, ele está no âmbito do  
113 SUAS como serviço de proteção especial de media complexidade e os conselhos de  
114 assistência é que tem a responsabilidade de fiscalizar essa execução, então o termo  
115 ela encaminhou para acompanhamento, está aqui a planilha da capacitação, chegou  
116 no conselho e vamos passar a todos para conhecimento. Finalizarei os informes e  
117 depois eu passo para as pessoas que pediram. Eu gostaria de informar a todos os  
118 conselheiros de municípios aqui que a SEDESE concluiu o pagamento de todos as  
119 parcelas que estavam atrasadas dos recursos no âmbito do SUAS que estavam em  
120 resto a pagar nós finalizamos em fevereiro não ficando nenhuma município para atrás  
121 nenhum recurso, nenhum piso eu gostaria que os conselheiros que representam os  
122 municípios olhassem se está na conta, se tem alguma coisa faltando e se tiver alguma  
123 coisa entrar em contato com a SEDESE. Outro informe a novidade este ano é que o  
124 demonstrativo físico-financeiro do CEAS este ano será disponibilizado no SIGCOM ele  
125 não será mais no site da SEDESE essa medida foi para atender ao tribunal de contas  
126 do Estado que identificou uma fragilidade na ferramenta no site então foi inserido no  
127 sistema corporativo do governo na mesma lógica do plano de serviço, vai ser lançado  
128 a partir de abril que é referente às parcelas que foram depositadas no ano de 2012  
129 para o município acessar o SIGCOM é por meio de senha e login do Prefeito. Outro  
130 informe também é que nesses dois meses que nós estamos à frente da secretaria nós  
131 fizemos alteração no sistema de informação e monitoramento o SIM os municípios já  
132 devem ter conhecimento nós substituímos os 19 questionários que existiam não SIM  
133 por 2 questionários no sentido de facilitar a logística no município, considerando que  
134 hoje já temos o questionário do Governo Federal e não justificava que o município  
135 respondesse as mesmas informações em âmbito Estadual e Federal, não podíamos  
136 excluir os questionários que fazem parte do decreto que institui os SISFASE ele é  
137 regra ele é condição para o repasse financeiro, então hoje nós trabalhamos com dois  
138 questionários o demonstrativo da proteção básica o demonstrativo da proteção  
139 especial e ainda com relação às informações de saldo em conta corrente. A outra  
140 informação é que o plano de serviço desse ano dos recursos do SUAS está sendo  
141 disponibilizado hoje no SIGCOM a partir de segunda-feira os municípios já podem  
142 acessar, por meio de senha e login do Prefeito e também vai haver uma diferença no  
143 plano de serviço desse ano que a conta do piso ela não vai ser aberta pelo município,  
144 será o próprio está a abrir, sendo feito um convenio com o Banco do Brasil e abertas  
145 contas massificadas para os municípios e a partir desse ano todo repasse será  
146 comunicado ao prefeito e ao conselho municipal. Iremos encaminhar um ofício para o  
147 Prefeito e para o Presidente informando que foi crédito a parcela tal na conta tal  
148 referente a qual piso. Isso agora será regra no plano de serviço, sendo necessário

149 promover essas alterações porque o plano de serviço já irá conversar com  
150 demonstrativo e haverá uma aba no plano de serviço de saldo financeiro que será uma  
151 grande inovação na gestão do piso. E para finalizar os informes de município também,  
152 todos já devem ter tomado conhecimento da resolução do CNAS de n. 1/2013 que  
153 foram alterados os programas Projovem, PET, serviço de convivência de 0 a 6 e  
154 idosos esses três serviços foram unidos em um serviço só, foi promovido um  
155 reordenamento dos serviços sendo trabalhados a partir dessa resolução. Foi instituído  
156 o serviço de fortalecimento de vínculos, não havendo mais o acompanhamento  
157 estratificado com isso altera os parâmetros de financiamento, o financiamento para  
158 este serviço é R\$50,00 (cinquenta reais) por usuário e tem como foco o IBGE para ser  
159 identificado crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, idosos, crianças  
160 e adolescente e jovens cadastro único. O município de acordo com o CAD-único e  
161 com o último censo do IBGE será disponibilizado o termo de aceite que será em Julho  
162 o período de transição desses programas para o período reordenado será julho, no  
163 termo de aceite o município já vai identificar a meta que ele irá aderir ao serviço de  
164 desenvolvimento de estabelecimento de vínculo. A partir de julho o SISJOVEM e o  
165 SISPET deixa de existir e passará a ser o sistema de convivência para incluir as  
166 informações. A novidade desse reordenamento é a instituição dos antigos  
167 financiamentos do antigo projeto do PROJÓVEM que era o piso básico variável 1 do  
168 PET piso de transição de média complexidade crianças de 0 a 6 e idosos era o piso  
169 básico variável 2 todos esses pisos básicos variáveis. Piso básico variável tem dois  
170 componentes variáveis 1 e variável 2 o componente 1 significa que 50% do valor que o  
171 município tem que receber ele irá receber trimestralmente independente da execução  
172 já os outros 50% ficará condicionado ao atendimento essa exigência foi feita e nós  
173 estamos entrando na lógica da saúde, infelizmente é uma perda para a assistência os  
174 municípios irão receber se ele executar os serviços, serão pagas a meta x somente do  
175 componente 1 o componente 2 será de acordo com a execução do município, esse  
176 pagamento será trimestral tomando como base sempre o trimestre anterior. Para o  
177 componente 2 será feita uma estratificação do componente de convivência para  
178 verificar o valor que o município irá receber. De acordo com a resolução um município  
179 nunca irá receber menos de R\$4.500,00 de acordo com a resolução da CIT foi  
180 informado que somente 29 municípios perderiam no Brasil o que eles recebiam antes  
181 em termos de financiamento dos três serviços, mas infelizmente na reunião da CIT  
182 não foi no passado que município são estes se é do Estado de Minas Gerais, o  
183 conselho nacional garantiu na resolução n. 1 que se o município ficar prejudicado  
184 nesse reordenamento ele vai encaminhar um convite para a secretaria nacional de  
185 assistência social pedindo uma revisão das metas dele com uma justificativa o

186 conselho nacional aprova e o Estado iria defender o pleito do município. Então eu  
187 oriento vocês a verificar entrar no sistema nacional e leam a resolução n. 1/2013.  
188 Claro! Eu só vou passar para os demais informes e eu vou abrir para discussão. Tanit  
189 por favor! Vamos terminar os informes é esclarecimento. Os esclarecimentos, iremos  
190 fazer as inscrições, Marcelo já está inscrito e abrimos para esclarecimentos. TANIT–  
191 Bom dia a mesa diretora e aos demais conselheiros o que eu trago a todos é que será  
192 realizado o terceiro encontro de saúde que foi recepito dos novos gestores de saúde  
193 um evento com mais de 2000 pessoas. Trago para vocês o DVD do encontro que tem  
194 toda a questão do sistema nacional de saúde. Estou entregando ao conselho.  
195 Também trouxe para vocês a cartilha da saúde indígena sobre a política Estadual da  
196 saúde indígena para vocês terem conhecimento. Então é isso são estes informes. M<sup>a</sup>  
197 JUANITA – eu estou comunicando a este conselho também aproveitando a fala da  
198 Tanit, preocupada com essa questão da droga eu já conversei com a Tanit. A Tanit é  
199 coordenadora da saúde mental do Estado. A Assitência a Subsecretaria de assistência  
200 vai fazer uma articulação com a saúde no sentido de trabalhar o plano estadual de  
201 combate ao crack, no programa aliança pela vida e a operacionalização dele no  
202 SUAS. Vamos fazer uma aula telepresencial especifica, eu já estou convidando a  
203 Tanit para fazermos juntas essa aula conjunta, considerando que os municípios que os  
204 municípios estão muito apavorados e com razão porque isso está tomando uma  
205 proporção muito grande e sempre sobra para a assistência. Não é que a assistência  
206 não tenha responsabilidade, mas ela tem a parte da responsabilidade. Anália. ANÁLIA  
207 – bom dia Juanita, bom dia Marcelo e todos os conselheiros. Nossos informes são  
208 bem rápidos, primeiro quero parabenizar a Juanita pela competência e pronto  
209 atendimento da demanda dos municípios quanto ao reapasse dos recursos porque no  
210 ano passado nós sofremos muito com a ausência de recursos do Estado no município.  
211 Então Juanita foi bem legal que já sanou todas as pendências do ano passado. O  
212 informe sobre o encontro regional do CONGEMAS que será nos dias 12 e 13 de  
213 fevereiro no Hotel Grandarel, ali na Espírito Santo. As inscrições são no site da  
214 CONGEMASES porque é Espírito Santo é CONGEMASES. É então assim, para nós  
215 ajudarmos a divulgar e trazemos o máximo de gestores que esses encontros são  
216 muito importantes a nível de informação. Outro Juanita é a nível de informação, é um  
217 equivoco que as pessoas entenderam que no convite da capacitação era para os  
218 novos gestores inclusive o meu Prefeito despachou dizendo que era apenas para os  
219 novos gestores, ou seja ele está entendendo que esse seria. É até uma dúvida para  
220 aqueles que estão entrando agora ou para os novos gestores, porque o que já estão  
221 repetidos na gestão não está sendo entendido como novo. Então a palavra novo  
222 quatro municípios ligaram para mim e para Julio perguntando nós vamos também ou

223 só para os novos gestores entendeu. Então é só essa dúvida mesmo. JUANITA – já  
224 esclarecendo essa questão dos novos gestores é porque nossa preocupação foi com  
225 os 170 municípios que trocaram a gestão agora. Como nós tivemos uma demanda  
226 muito grande que reelegeram seu Prefeito é nós acabamos aumentando a capacidade  
227 instalada do evento para receber os municípios que por ventura quisessem participar.  
228 Então esse seminário na verdade é para nivelamento de conceitos para matricular o  
229 novo gestor no sistema único de assistência o que ele já recebe, de onde, como é que  
230 ele gasta recursos, quais são as principais providencias que deve ser feita nesse  
231 primeiro momento com relação a senha, SIGCOM, SUAS, pra ela não perder prazo, já  
232 mostrar para ele como estão seus indicadores no município, mas pode ir também  
233 todos os gestores, mas ele foi instituído na verdade para os novos gestores, mas  
234 iremos ter na verdade quase que a presença maciça dos 853 (falas ao fundo). ANÁLIA  
235 – teve momento que a SEDESE pensou em fazer capacitações no nível diferente, não  
236 foi? Teve esse conversa ano passado vocês estão lembrados? MARCELO – daquela  
237 capacitação do capacita SUAS. JUANITA – Andréa. ANDRÉA – Eu só quero  
238 comunicar que o PROESP tem parcerias, o PROESP é a subsecretaria de projetos  
239 especiais, tem projetos com a governadoria, com a subsecretaria de saúde, de  
240 educação e de trabalho estará promovendo no dia 19 ao dia 21 o seminário de  
241 travessia no programa SERIEMA, então é para passar este informe que todos os  
242 municípios que executam esse programa travessia, serão convidado para fazermos  
243 um trabalho de oficinas, para que possamos passar informações sobre o programa  
244 travessia só isso Juanita. JUANITA – quem está inscrito ai Marcelo! MARCELO –  
245 depois Fátima, depois Márcio. JUANITA – ok. MARCELO – são três situações a  
246 primeira, vou deixar a ultima que é mais complexa, a primeira é sobre o sistema de  
247 saúde eu perguntaria a Tanit se é possível é os conselheiros receberem isso se for  
248 possível, muito obrigado. Quanto a inscrição do encontro do CONGEMAS nós temos  
249 dois representantes aqui do conselho que representam o conselho Estadual nas  
250 reuniões do CONGEMAS é o Geraldo e eu, Geraldo e Marcelo. Então pergunto se  
251 essa inscrição nossa sairia do conselho Estadual. Essa é uma indagação que eu faço  
252 ao conselho Estadual. E por ultimo o termo de cooperação técnica. O Termo fala de  
253 capacitações que serão realizadas ao longo é de um período de duas capacitações  
254 parece e vem dizendo as obrigações do contratante. Quando chega nas obrigações do  
255 conselho estadual de assistência social, se é capacitação. A competência do conselho  
256 estadual é apoiar a capacitação e se inserir no projeto e segundo motivar e fiscalizar a  
257 criação e a manutenção de programas visando atendimento das medidas em meio  
258 aberto nos municípios mineiros. Eu penso que essa competência para o projeto não  
259 tem muito haver, porque, a não ser que eu esteja equivocado, porque nós vamos

260 fiscalizar a criação de programas num termo de parceria em que vão se tratar apenas  
261 de capacitações. Se o termo de parceria é somente capacitações, então porque nós  
262 iríamos fiscalizar criação e manutenção de programas, então essa é uma outra  
263 situação que eu coloco. A terceira é especificamente no seminário, se no termo de  
264 parceria somos parceiros e lá já temos parcerias e consta especificamente os  
265 organismos que farão parte dessa parceria, eu vejo que no termo de abertura o  
266 conselho estadual não participa. Vejo também que o conselho estadual não participa  
267 de nenhuma temática que irá ser colocada lá. Então eu sinto uma certa ausência do  
268 conselho estadual nessa parceria. JUANITA – bom, na verdade vocês podem observar  
269 no termo de parceria, isso foi o que a subsecretaria Camila me passou os parceiros  
270 não estarão no processo de capacitação, quem estará no processo de capacitação  
271 será a SUABES e a SUBAS que no âmbito do Estado é quem é responsável por  
272 coordenar na medida sócio educativa diretamente e o outro que é a SUBAS por  
273 acompanhar a execução da medida, no âmbito do SUAS que diz respeito ao próprio  
274 município. Com relação á mesa de abertura Marcelo é realmetne eu fiz a leitura e não  
275 observei o que nós podemos fazer aqui, ai seria um encaminhamento uma sugestão  
276 que sai desse conselho um ofício com relação a essa situação (falas ao fundo), pois é  
277 não sei se você leu o oficio que foi encaminhado é até para análise do termo. (falas ao  
278 fundo), por isso estou sugerindo fazermos um oficio tá anotado! Mais alguma coisa  
279 conselheiro? A inscrição do CONGEMAS é o conselho que fará para os dois  
280 conselheiros, já conversei com a Anália aqui, ok! Consolação que é o próximo? Fátima  
281 por favor! FÁTIMA – Juanita, esclarecimento, por favor, porque na sua fala vai acabar  
282 o PROJOVEM e o PET, porque estão acabando com esses dois projetos fazendo  
283 favor, porque eu não estou me interando desse assunto? JUANITA – no SUAS Fátima,  
284 nós trabalhamos de uma forma fragmentada anterior ao SUAS, focada em programas  
285 e projetos. Com o advento do SUAS e em 2009 com a tipificação foi tipificado todos os  
286 serviços da assistência e ficou o gargalo desses programas PROJOVEM e PET que  
287 ao mesmo tempo é programa ele é serviço porque tem o caráter continuado. Então  
288 como os entes tanto federal, estadual e municipal estão adequando sua legislação as  
289 normas normativas do sistema, foi necessário fazer este reordenamento considerando  
290 que ele é programa e serviço. Então isso ficava difícil inclusive para o município.  
291 Porque programa o que fala na LOAS programa e projeto que ele é complementar ao  
292 serviço, e que ele tem inicio, meio e fim, diferentemente do PROJOVEM e do PET eles  
293 eram continuado. Então foi realizado o reordenamento destes três serviços, na lógica  
294 de serviço continuado de assistência social, serviço de convivência e fortalecimento de  
295 vínculos. Os seguimentos jovem, criança e adolescente, que é o PROJOVEM e PET  
296 foram garantidos no serviço de convivência e fortalecimento de vinculo. Com relação



297 ao financiamento que era diferente de cada um, foi unificado para o valor máximo que  
298 era do projovem era 50, do pet 25 e de convivência de 0 a 6 idoso era 1,80 por usuário  
299 de acordo com o cada único, por isso foi o parâmetro de financiamento foi igualado no  
300 valor maior que é o do projovem. O diferencial é que agora existe a identificação que é  
301 serviço que é único não tem um modelo diferente para trabalhar o financiamento é o  
302 mesmo e foi inserido de acordo com a tipificação que é trabalho em grupos não é  
303 atendimento individual pra esses seguimentos. Então foi promovido o reordenamento.  
304 Consegui esclarecer? MARCELO – me veio uma dúvida diante da fala sobre essa  
305 questão do reordenamento, eu confesso que não fiz a leitura da resolução mas é  
306 diante da sua fala Juanita, neste reordenamento o PET deixa de existir com a  
307 nomenclatura de PET ou continua com nomenclatura de PET. Porque se continua a  
308 nomenclatura de PET está tudo resolvido, se não esbarramos numa questão legal que  
309 é a Lei orgânica de assistência social na sua alteração ela fala no 24C a instituição do  
310 programa, então aí nós estaríamos contrariando a própria lei. JUANITA – na verdade,  
311 isso não foi colocado na CIT, que foi a primeira reunião que eu fui este ano. Isto foi  
312 finalizado este ano. Existia na CIT um grupo de trabalho representando pelo MDS e  
313 pelo CONGEMAS para propor este reordenamento pelo que eu percebi isso não foi  
314 conversado e nas entrelinhas e na minha interpretação do CNAS o programa Marcelo  
315 ele vai manter, mas ele é amplo e são várias ações pra erradicar o trabalho infantil. O  
316 programa! Mas as ações que eram desenvolvidas dentro do PET foram incluídas no  
317 serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, tanto que ele não pode ser  
318 excluído e não foi falado lá. Ele está na lei, mas isso não foi pontuado. Então essa é  
319 uma interpretação minha, ok! Que programa de erradicação do trabalho infantil tem  
320 várias ações. Quais ações? Os serviços inclusive da básica e da especial. O da base  
321 manteve o serviço de convivência fortalecimento de vínculo e na especial abordagem  
322 social, o PAEF que são ações que estão diretamente ligadas à erradicação do trabalho  
323 infantil. Na minha interpretação o programa fica mais amplo, não sei se o Marcelo e  
324 Anália concordam comigo, mas isso não foi falado na CIT é uma interpretação  
325 profissional minha, mais alguém é o Márcio. FÁTIMA – então quer dizer que não será  
326 específico individual, vai trabalhar mais em grupo, vai atender mais pessoas. JUANITA  
327 – na verdade toda vida foi grupo, na verdade não era atendimento individual não né,  
328 porque serviço de convivência se só se desenvolve em grupo, não existe atendimento  
329 individual no serviço de convivência, porque o atendimento individual é no serviço  
330 referência das duas proteções que fazem encaminhamento desse serviço  
331 complementar para dá suporte ao atendimento à família. O que foi feito na verdade  
332 Fátima foi um reordenamento, na lógica agora da tipificação. OK! Márcio! MÁRCIO –  
333 bom dia a todos, bom dia presidente. São duas questões primeira em relação ao

334 documento que foi apresentado do curso de capacitação conjunta em relação a  
335 ampliação e participação de entidades se tem algo previsto nesse processo? Essa é  
336 uma questão. Eu não li, não sei como deva está descrito, ok! E a segunda questão  
337 também é do ponto de vista da resolução 01 do reordenamento isso muito pertinente,  
338 e eu fiz uma leitura previa dela e ela trás questões muito, eu não sei o alcance dela,  
339 em função principalmente das entidades que trabalham com adolescente que tem a  
340 sua inscrição nos conselhos referencia nos serviços de convivência e fortalecimento  
341 de vínculos e qual é o impacto e extensão que este processo de reordenamento pode  
342 ocorrer inclusive em relação da resolução 109 que é da tipificação que é referencia  
343 para estas entidades. Então qual é o alcance que nós temos que pensar  
344 principalmente que ela coloca essa resolução n. 1 na questão da previcarizao do  
345 atendimento, então ela faz a categorização do publico priorizado pelo atendimento e  
346 em função desse atendimento teria-se até a elevação do repasse de recurso que está  
347 descrito nessa resolução. Então como isso estará e o desdobramento desse  
348 reordenamento acho que isso é importante porque pra mim a leitura inical trás uma  
349 reflexão que eu não tenho clareza ainda dos desdobramentos e qual será o impacto  
350 que nós teremos do desdobramento nesse começo de inscrição de entidades.  
351 JUANITA – bom, eu vou falar muito da minha interpretação da resolulcao, Márcio!  
352 Porque eu fui em uma reunião da CIT eu não participei do processo de construção  
353 desse reordenamento então da minha interpretação profisisonal e do meu  
354 conhecimento da política. Eu acho que ele vai alterar completamente, com esse  
355 reordenamento nós sabemos que a maioria da execução dos município, isso em  
356 muitos municípios ele é tercerizado, o município compra esse serviço da entidade. Ele  
357 faz um convenio para a entidade executar, transfere o recurso financeiro para a  
358 entidade executar o meu entendimento da operação é que o município vai ter que  
359 junto com a entidade ai será o CRAS que vai está referenciando essa entidade, e  
360 identificar este público prioritário para o atendimento da entidade. Eu já enxergo a  
361 materialização do trabalho em rede, porque se este diagnóstico virá para o município  
362 do publico prioritário. So par esclarecer para vocês tem um artigo da resolução que  
363 fala que o componente 2 do financiamento vai se dá por atendimento ao publico  
364 prioritário. Quem é o público prioritário? Criança e adolescente em trabalho infantil,  
365 adolescente em medida sócio-educativa LAPLC, egressos do sistema prisional, idosos  
366 vitimas de violência e negligencia. Então quem recebe no sistema essa meta pactuada  
367 é o município, então eu entendo que o gestor agora no ato da celebração do convenio  
368 tem que ter uma clausula no convenio, interpretação da JUANITA, que o publico  
369 atendido naquela entidade tem que ser referenciado pelo CRAS porque o gestor agora  
370 tem que passar para aquele CRAS quem são esse publico prioritário para aquela

371 entidade atender, porque isso vai interferir exatamente no componente 2 de  
372 desenvolvimento e o outro quesito que fala a resolução é que o atendimento e o  
373 acompanhamento tem que ficar registrado no parecer técnico durante 5 anos do  
374 público prioritário. Tem que ficar arquivado na gestão durante 5 anos, então o  
375 município agora tem que começar a organizar essa questão, inclusive administrativa.  
376 Se o município não tem instituto modelo de parecer social. O município vai ter que  
377 encaminhar para isso, ai vou até fazer uma analogia ao prontuário do SUAS que foi  
378 disponibilizado pelo MDS, prontuário SUAS ele não é obrigatório ele é uma sugestão  
379 do MDS para atendimento, para município que ainda não tem então Márcio eu  
380 entendo que isso vão afetar diretamente a entidade nesse modelo de referencia e  
381 contrareferencia. Não sei se os meus colegas da assistência social corroboram comigo  
382 ou se tem outra avaliação dessa resolução. (falas ao fundo) implementação da rede.  
383 Bom! Finalizando os informes nós estamos com alguns pontos para serem  
384 deliberados, primeiro ponto A da Letra C, a prestação de contas do CEAS referente ao  
385 quarto trimestre de 2012 eu pergunto a Consolação se nós temos coro para  
386 aprovação. Então eu peço a comissão de orçamento que apresente para este  
387 conselho, por favor. ANDRÉA – bom pessoal, eu vou apresentar aqui, mas ai você  
388 está apresentando a súmula como um todo ou só a prestação. Você quer Juanita que  
389 apresente a súmula como um todo ou somente a prestação da comissão como um  
390 todo. JUANITA – já podemos fechar a súmula vocês concordam conselheiros, porque  
391 ai já fecha a comissão de orçamento, pode ser Andréa. ANDRÉA – então, bom dia a  
392 todos eu sou a nova coordenadora da comissão de orçamentos, tem muito tempo que  
393 não estava presente no CEAS, então se faltar alguma coisa na apresentação por favor  
394 me ajudem! Bom! Na comissão estavam presentes os seguintes conselheiros. Eu o  
395 Fernando da SEPLAG e o Sr. Jorge do Conselho Municipal de Assistencia social, o Sr.  
396 Ami e o João Ademar, não estavam presentes e a Cristiane justificou sua ausência na  
397 comissão. Os pontos de deliberação são apresentação de contas do quarto trimestres  
398 da SUBAS, referente aos recursos do CEAS, primeiro na ação de qualificação de  
399 recursos humanos para o quarto trimestre a meta era 853 municipios capacitados,  
400 essa meta foi concluída no quarto trimestre e tendo acumulado de porcentagem de  
401 recursos gastos no valor de 81% tanto da meta quanto do recurso financeiro. Na  
402 segunda ação (falas ao fundo). (Problemas no Datashow) Eu gostaria de falar para  
403 vocês que nós da comissão ontem reunidos nós trouxemos para apreciação e controle  
404 de cada um dos conselheiros a LOAS /2013 pertinente ao CEAS, vamos distribuir a  
405 vocês, a LOA e também trouxemos as emendas parlamentares que foram incubidas  
406 no orçamento do FEAS para que possamos acompanhar estes recursos, então  
407 enquanto conserta o equipamento, Beth! Vamos distribuir para o pessoal e otimizar o

408 tempo. Vocês querem que eu vou falando porque eu tenho por escrito, posso ir  
409 falando para otimizar. Então da ação de qualificação a porcentagem do acumulado do  
410 ano foi muito boa que foi de 81%, na segunda ação do conselho o acumulado foi de  
411 63% porque os outros recursos foram também otimizados para ser utilizado no recurso  
412 orçamentário de 2013. E a porcentagem foi de acumulado de 63% do recurso  
413 financeiro. Da terceira ação proteção social básica a meta para execução era de 104  
414 unidades de atendimento e no quarto trimestre o FEAS atendeu a 104 unidades e teve  
415 uma execução financeira no valor de porcentagem de 94%, foi colocado que no mês  
416 de novembro houve uma anulação orçamentária no valor de R\$955.000,00 que fora  
417 remanejados para recomposição do piso mineiro e um valor de R\$311.000,00 para  
418 ação de proteção é especial para as despesas do centro dia e também do programa  
419 aliança pela vida. Houve ainda a liberação de 43 televisores que serão doados aos  
420 CRAS e também de 35 veiculos que serão doados aos CRAS também, teve um  
421 questionamento ao demonstrativo anual físico-financeiro dos 286 municípios que  
422 fizeram prestação de contas por meio do demonstrativo, 256 foram aprovados, 44  
423 estão com pendência na aprovação e 2 municípios que são Cedro do Abaete e  
424 Marmelópolis, não realizaram o preenchimento. Quanto às pendências foram  
425 solicitados aos municípios justificativa para análises. Essa pendência inclusive a  
426 JUANITA apresentou na CIB na quarta-feira para que os municípios e os gestores  
427 pudessem verificar porque não fizeram o preenchimento do demonstrativo físico-  
428 financeiro e a comissão deliberou que estaremos junto com a comissão de apoio e de  
429 política para que possamos verificar o que está acontecendo se os novos gestores irão  
430 assumir e verificar e sancionar as pendências. A quarta ação é sobre a proteção social  
431 especial nós temos um montante de 160 unidades de atendimento nessa execução já  
432 está aí pode passar. Para o quarto trimestre nós atendemos a 160 unidades e teve um  
433 acumulado de execução de 95%, houve ainda a suplementação orçamentária na fonte  
434 71 no valor de R\$311.000,00 para recomposição da ação 4236 em razão de despesas  
435 não previstas na LOAS para o centro dia e para o bem da aliança para a vida. A outra  
436 ação que é o sistema único de assistência social, no tangente piso mineiro nós temos  
437 uma meta de atendimento para 822 municípios, no quarto trimestres foram atendidos  
438 821 com um acumulado de porcentagem de praticamente 100% somente um  
439 município não foi atendido, tendo em vista a não aceitação do próprio município para o  
440 recebimento do piso mineiro. É ainda nesta ação ela é dividida em duas subações. Uma  
441 das subações é a gestão do SUAS, onde temos 827 municípios na gestão básica,  
442 plena e os restantes dos municípios estão na inicial. Para o acumulado desta ação no  
443 quesito CREAS acumulado, o quesito foi todo repassado para os 4 municípios desta  
444 ação dando um acumulado de recurso de 99,96%. Na ação 6 que é o sistema de

445 monitoramento o SIM nós tivemos uma execução financeira de 0% tendo em vista que  
446 anulação orçamentária no valor de R\$69.000,00, e também de R\$31.000,00 para  
447 remanejamento para a ação 4236 que é a ação de proteção especial para pagamento  
448 dos convênios de Cataguases e Cordesburgo e para complementar pagamento para  
449 os CREAS regionalizados para a ação que é GDE e GDSUAS nós apresentamos o  
450 que foi enviado para nós. Estamos com dois saldos o primeiro GDE no valor de  
451 R\$1.466.000,00 aproximadamente e no GDSUAS R\$1.380.000,00 aproximadamente,,  
452 totalizando um saldo para ser reprogramado pela SUBAS em 2013 de R\$2.600.000,00  
453 que somamos na próxima. Bom quais os encaminhamentos que fizemos. Um ofício a  
454 SUBAS solicitando uma proposta de aplicação dos recursos de GDE e GDSUAS, e  
455 ainda uma nota que é o quadro que nós entregamos para vocês para controle de  
456 todos os conselheiros do QDD 2013 e as emendas parlamentares que estão  
457 associadas a este orçamento. A conclusão é que após a análise da comissão a media  
458 de ações dão FEAS no final do quarto trimestre ficou em aproximadamente em 98%  
459 destaque-se que no quadro quarto trimestre houve um esforço da SUBAS em atingir  
460 os 40% de execução orçamentária atendendo as diretrizes do co-financiamento da  
461 política e para prestação de contas com explicação mais detalhada da representante  
462 da SUBAS, bem como. Há temos como indicativo para aprovação desta prestação de  
463 contas do quarto trimestre. É como eu coloquei para vocês estou assumindo a  
464 comissão de orçamento agora. Essa questão de 40% há Bethe que é técnica do CEAS  
465 colocou que anteriormente o FEAS estava com saldo de recursos muito alto para  
466 serem liquidados, enfim executados. E aí houve um esforço da Subsecretaria como  
467 um todo para que neste final outubro, novembro e dezembro, executasse esse  
468 orçamento. Independente se foi somente orçamentário, mas que a subsecretaria como  
469 um todo fez este esforço e conseguiu executar os 40% restante do orçamento.  
470 JUANITA – pronto Andréa? ANDRÉA – prontinho senhora presidenta. JUANITA – em  
471 discussão, Volney. VOLNEY – só uma dúvida, por exemplo, para construção  
472 equipamento de CRAS, ele oferece uma planta básica para a construção desse  
473 equipamento, como é que isso funciona. ANDRÉA – você quer falar Ju, quer que eu  
474 fale? JUANITA – bom na verdade o município tem autonomia para fazer a proposta do  
475 projeto de construção do CRAS, quando o município cita é o Estado tem um projeto  
476 que sugere e no âmbito federal também existe no site um modelo padrão de projeto de  
477 construção do CRAS, mas o recurso é do município e ele tem autonomia de fazer um  
478 projeto de construção específico do CRAS dele. Só para esclarecer o Volney está  
479 trabalhando não é a questão da prestação de contas é o QDD no verso está as  
480 emendas. Já aproveitando e esclarecendo as emendas estes ano no orçamento do  
481 FEAS elas vieram todas carimbadas não tem emendas para criteriar partida na CIB e

482 pelo CEAS todas foram emendadas no orçamento por Deputados e já carimbando o  
483 objeto e o município que vai receber. VOLNEY – porque minha dúvida senhores  
484 conselheiros é a seguinte. Destina-se R\$100.000, 00 para a construção de um CRAS,  
485 qual é a minha pergunta, hoje você pega numa revista de construção o metro  
486 quadrado está em torno de R\$1000,00 a construção de luxo. Pelo que tenho visto a  
487 construção de CRAS são construções muito simples, então fico me perguntando se  
488 não é pelo menos interessante citar a metragem para pelo menos se ter uma noção do  
489 que está sendo construído. ANDRÉA – mas o Volney. VOLNEY – apesar de que não  
490 se tem essa autonomia né! ANDRÉA – esse recurso é um recurso de investimento,  
491 então é pra construção e ele também pode imobiliar. O que vimos é que não sobra  
492 recursos os R\$100.00,00 muitas vezes não dá então tem essa outra brecha, se deu  
493 ainda poderá comprar mobiliário, outros equipamentos tecnológicos também. VOLNEY  
494 – outra dúvida minha também. No caso de aquisição de veículo, é um veículo padrão  
495 que isso é destinado por estes consórcios, como é que isso funciona no Estado.  
496 ANDRÉA – eu acho melhor que subsecretária Juanita está colocando, porque nós  
497 temos um registro de preço que nós normalmente aderimos ao veículo que está de  
498 melhor preço para ser comprado. Depende da aquisição que o município quer fazer,  
499 se ele quer um carro mais comercial ou se ele quer um carro mais com aporte de  
500 tração com alguma outra coisa maior, mas o que acontece dentro do Estado, nossa  
501 aquisição é de acordo com o registro de preço de melhor preço de todas as  
502 secretarias. Se a Juanita quiser que ela está direito se quiser complementar alguma  
503 questão nesse quesito. JUANITA – conselheiro Volney são situações difíceis e  
504 diferentes, nesse caso aqui que as emendas são carimbadas o Estado faz um  
505 convenio com o município com plano de trabalho para aquisição do veículo. Transfere  
506 recurso e é o município que vai falar aquele valor qual o veículo que ele vai comprar. A  
507 situação diferente e na hora que vamos analisar a proposta apresentada pelo  
508 conselho, a secretaria avalia se aquele veículo está de acordo para atender as  
509 equipes do CRAS e da assistência é uma questão de bom senso. A outra situação é  
510 com relação à emendas. A emenda de participação popular igual a do ano passado  
511 que este conselho aprovou, a emenda era pra compra de veículo, entrou nessa lógica  
512 que a Andreia falou de registro de preço e o Estado comprou 35 Celtas já plotou e já  
513 estão prontos para buscar. Porque este Celta são para as buscativas das equipes  
514 volantes do CRAS, então é para transportar as equipes para o território e as  
515 residências da famílias, então os Celtas já estão liberados para fazerem as doações.  
516 ANDRÉA – talvez você possa está fazendo um pouco de confusão no quesito quando  
517 são emendas carimbadas, porque essas emendas aqui estão no verso. Todas vieram  
518 carimbadas de acordo com as solicitações das audiências públicas no interior. Então

519 no interior tiveram várias entidades que solicitaram e a Assembleia teve aí a  
520 prerrogativa ou não e foram acatadas todas as emendas para estes municípios OK!  
521 Senhora Presidenta. JUANITA – conselheiro Marcelo. MARCELO – eu estou vendo  
522 aqui no material que foi entregue, sobre as emendas que vieram para o fundo estadual  
523 e estou vendo que está voltando aquela lógica de definição de municípios, saindo da  
524 lógica do SUAS que é um atendimento para todos de uma forma igualitária e aqui vem  
525 definindo municípios X, Berilo, Capelinha, aquisição de veículos para Capitaio Murta e  
526 o CEAS ele durante as discussões na comissão de participação popular e estou vendo  
527 que nenhuma dessas propostas passaram, eu não sei qual foi a discussão porque eu  
528 não participei das reuniões e quais foram as discussões que ocorreram lá então eu  
529 acho isso muito sério quando a gente verifica nas emendas a lógica do  
530 apadrinhamento e isso é preocupação não sei de que forma que pudéssemos até  
531 convidar algum representante da Assembleia que pudesse vir aqui e explicar como é o  
532 procedimento e para até mesmo os conselheiros. M<sup>a</sup> JUANITA – Eu e você e os  
533 demais conselheiros sabem que isso aqui é uma briga de cachorro grande, é quem  
534 tem mais força com o político da região emenda o orçamento do Estado para aquela  
535 especificação. Agora chamar a Assembléia aqui para nós falar, sobre isso, significa  
536 quê. As emendas implementadas, propostas por este conselho. Estas tiveram mais  
537 peso do que as do conselho. E eu lembro logo no início, aí temos que perguntar aqui  
538 qual o conselheiro, que está aqui do CEAS, que foi na Assembléia legislativa no  
539 processo de discussão do orçamento. Pois isto aqui é uma força de poder. Se nós não  
540 estávamos lá para defender as emendas do CEAS e para defender emenda de  
541 comissão popular, então não sei. Chamar o Deputado aqui seria para ele explicar  
542 isso? MARCELO – A proposta que eu faço, que seja um representante, que venha a  
543 ser o Deputado indicado, para poder esclarecer aos conselheiros, como é o  
544 procedimento, a forma como acontece e para podermos aproveitar a presença deste  
545 representante, para que possamos cobrar, sensibilizar, uma forma de... M<sup>a</sup> JUANITA –  
546 Fatima, por favor! FÁTIMA – Juanita, para que sirva de base para nós ontem. O que é  
547 articulação. Articulação é isso. Então temos que ficar é atento. Às vezes passa  
548 despercebido. Muitas coisas participamos lá do PPAG, tantas coisas que são faladas,  
549 tantas coisa que está dentro, que às vezes não temos condições de modificar, porque  
550 o recurso é insignificante. Está lá na emenda tão pouco que não tem como repartilhar.  
551 Então temos que ficar atentos nas articulações. Parabéns! Temos que ficar mais  
552 atentos. M<sup>a</sup> JUANITA – Entendido. Conselheira Roberta, por favor! ROBERTA – Boa  
553 tarde a todos, gostaria de pedir desculpas pelo atraso. CRISTIANE – É bom dia!  
554 ROBERTA – É do atraso mesmo, boa tarde é do atraso. Eu tive que ir na secretaria,  
555 está ocorrendo um evento da educação e tivemos que ir na secretaria para fazermos

556 uma discussão com o pessoal. E ai para não perder o costume, o Marcelo fala e eu  
557 não vou ficar para tras não. Eu só queria colocar uma questão é o seguinte. Do ponto  
558 de vista da reflexão, se é que eu peguei bem a discussão. Se eu falar bobagem vocês  
559 podem inclusive deletar. Eu só acho assim, chamar o Deputado aqui no inicio do  
560 primeiro semestre, do ponto de vista da articulação, acho que é perda. Porque o  
561 orçamento é em setembro. Este orçamento já foi gente! Chorar leite derramado é  
562 perder tempo neste conselho. A minha proposta é para ficarmos atentos em setembro,  
563 porque é o período que orçamento vai para lá e nós fazermos esta discussão, acho  
564 que é até pertinente a vinda dele aqui, acho que até para este conselho neste período  
565 ele estará até mais eu diria com mais conteúdo para colocar algumas questões e que  
566 estão vindo, e que serão inclusive fruto da conferência, nós não podemos disvincular,  
567 queimar uma discussão com o deputado em plena época de conferencia, cujo o  
568 assunto é financiamento e se nós não estivermos preparados para este debate com  
569 ele, é chamar aqui de uma forma despreparada e perdermos eu acho um cartucho,  
570 que nós, sabendo usar teremos um ganho muito grande, porque se fizemos o viés da  
571 conferencia e questão do orçamento na época, o conselho terá muito mais ganho do  
572 que discutir algo que já foi e que, entendeu? M<sup>a</sup> JUANITA – Conselheiro Márcio!  
573 MÁRCIO – Acho muito importante essa discussão, porque me recordo de plenárias  
574 anteriores, até que nos tentamos estabelecer esta estratégia de discussão junto com o  
575 legislativo, até com a presença de conselheiros, foi disponibilizado uma agenda, houve  
576 uma disponibilização de alguns conselheiros de estarem participando do processo,  
577 entendemos naquela oportunidade da discussão o quanto era importante que nós  
578 tivéssemos presentes para que realmente as proposições deste conselho fossem  
579 acatadas na discussão da Assembléia. Acho que é extremamente pertinente o que a  
580 Roberta está colocando do ponto de vista da nossa estratégia de estarmos  
581 trabalhando para que realmente seja efetivada a proposta do conselho, é fato que não  
582 queremos ter uma atitude impositiva e dizer que o conselho tem que ser acatado, mas  
583 temos que influenciar neste processo da discussão, para colocarmos do ponto de vista  
584 do conselho qual seria essa priorização para os recursos do fundo. Acho que isso é  
585 importante e afeta a proposta de ação de cada um de nós conselheiros. Confesso que  
586 naquela oportunidade do ano de 2012, a agenda deste conselheiro impedia de está  
587 participando das discussões lá, mas acho que é uma proposta de construção que nós  
588 não podemos deixar de ter de visualizar isso daqui para frente, em função do tempo  
589 que nós temos e é fato que este ano é ano de conferência, e é uma série de ações  
590 que teremos e cada conselho estará assumindo essa atribuição, mas não podemos  
591 perder de vista se é uma posicao que este conselho defendeu, que a nossa  
592 participação na Assembléia, referente a esta discussão ela tem que ser mais pró-ativa,



593 realmente tenhamos que fazer este papel ser pró-ativo e vai depender da ação de  
594 cada um de nós. M<sup>a</sup> JUANITA – Conselheiro Marcelo. MARCELO – A Roberta sempre  
595 trás reflexões muito importantes para nós e eu quero fazer uma reflexão, quanto a  
596 vinda e o momento qu esse deva vir. Eu acredito, considerando até a fala da Roberta,  
597 que seja trazido mais próximo da conferência, eu acho Roberta, que nós poderíamos  
598 trazer um pouco antes, para que os conselheiros pudessem discutir com os  
599 representantes, até mesmo para saber, olha! O que aconteceu? Porque essas coisas  
600 acontecem? Porque muitos conselheiros são novatos e não conhecem o processo que  
601 ocorre dentro da Assembléia. E sensibilizar esse legislativo sobre a importância que é  
602 de que o SUAS, de que os recursos que são alocados no SUAS não tem  
603 direcionamento apadrinhados, e isso é uma forma do conselho estadual demonstrar  
604 para o legislativo que nós estamos exercendo o controle social. Então eu digo, a  
605 Roberta está sugerindo após a conferência, não é isso Roberta? É antes da  
606 conferência também, então que não seja na próxima plenária, mas que seja na  
607 próxima, maio! Nós estamos em Abril e Então Maio que ele esteja aqui. M<sup>a</sup> JUANITA –  
608 A conselheira Roberta sugeriu quando do encaminhamento da proposta orçamentária  
609 do Estado para a Assembleia para setembro. A conselheira Roberta sugeriu setembro,  
610 quando da ida do orçamento do Estado para a Assmbléia. MARCELO – Eu até acho  
611 que deveria ser no período das conferencias municipais, porque nós conselheiros  
612 municipais, nós iremos participar das conferências municipais, Então com a vinda  
613 dele, já que vamos discutir financiamento e que nós possamos diante do clareamento  
614 que ele vai nos trazer, até para os conselheiros discutirem isso em âmbito municipal.  
615 M<sup>a</sup> JUANITA – Conselheiro Mauro, depois conselheira Roberta. MAURO – Eu acho  
616 Então, bem os deputados poderem apresentar emenda para a assistência social,  
617 porque de fato a situação dos municípios merece. Mas só me preocupam aqui os  
618 critérios de como foi feito para que os municípios fossem contemplados. Talvez não  
619 sejam os mesmos critérios. Não tem critério, né? M<sup>a</sup> JUANITA – Foi em audiência  
620 pública. MAURO – Não tem critério, Política? Ano atípico também. Talvez tenham  
621 outros municípios tenham necessidade de construção de CRES, de CRAS e também  
622 de veículos. Ontem mesmo nós conversamos na comissão, que tem municípios que  
623 os locais onde estão funcionando os CRAS, ou tem lugar que não estão e estão até  
624 fechados porque tem uma maior necessidade demais que fossem talvez até discutido  
625 no conselho ou em outro momento, para de repente nós não pudéssemos ter um olhar  
626 diferenciado. M<sup>a</sup> JUANITA – Conselheira Roberta. ROBERTA – Eu queria fazer um  
627 outro encaminhamento para ver se conseguimso ter resultado. Porque veja bem, de  
628 tudo que foi colocado, trazer um Deputado para explicar, até para ele ver que estamos  
629 exercendo um controle social. Obviamente iremos prender uma agenda de um

630 Deputado, para vir aqui e lembrando, quem é o presidente da comissão de orçamento  
631 popular é o André Quintao, que ao meu ver não precisa ser sensibilizado, ai é chover  
632 no molhado. A minha sugestão é que façamos um pedido na comissão popular, uma  
633 audiência para discutir o orçamento da política de assistência com viés pautado, ai  
634 podemos sustentar o pedido dessa audiência na comissão, onde possamos trazer a  
635 temática da conferencia é financiamento e orçamento e que gostaríamos de uma  
636 audiência, porque poderia ser uma audiência pública, pois se entramos com  
637 requerimento eles abrem uma na comissão popular essa discussão, onde possamos  
638 fazer a discussão lá na casa, pois como a Juanita disse, disputa de orçamento, não  
639 adianta trazer aqui, alguém que já conhece nossa cartilha tranquila e nós não estamos  
640 lá para apoiar, porque ele vai explicar, pode explicar o funcionamento, e ele vai dizer.  
641 Eu não tenho dúvida que ele vai falar dizer que vocês é quem mobilizem e vão para lá  
642 para me dá forças, porque sozinho eu não consigo. Porque a saúde leva muitas  
643 emendas, por exemplo, o conselho da criança e do adolescente levava varias  
644 emendas, por conta da capacidade de mobilização da discussão lá dentro. Não é aqui!  
645 Então a minha sugestão é que façamos esta discussão lá, porque fazer aqui é perder  
646 uma agenda de Deputado que poderá vir aqui e fazer blabláblá! Mas não vamos ter  
647 resultado não! M<sup>a</sup> JUANITA – Conselheiro Fernando, por favor! Depois conselheiro  
648 Marcelo. FERNANDO – essa emenda que foi aprovada diante das audiências públicas  
649 no interior do Estado. Então o CEAS fez uma emenda que na audiência pública em  
650 Belo Horizonte e outras emendas foram feitas ao redor do Estado. Então tem uma  
651 origem não sei fala de cabeça, qual a origem dessas emendas serem aprovadas, mas  
652 foi demandado e foi aprovado. Quando isso vai na discussão do bolo. O bolo é muito  
653 maior do que a capacidade de alocação da comissão de participação popular, como a  
654 Roberta mesmo disse, o presidente é o André e se for alguém não tem nem que  
655 chamar a Assembléia como todo, é o André entendo eu, o André como presidente da  
656 comissão de participação popular. Ontem nós até discutimos isso na comissão de  
657 orçamento e o que podemos perceber é que de fato o conselho não foi priorizado a  
658 emenda do conselho feita por ele. Então o que temos que negociar e articular é que  
659 dentro da comissão de participação popular as emendas do CEAS, sejam priorizadas,  
660 como não só essa foi a única emenda proposta como tiveram outras também como a  
661 do piso, acho que foram só essas duas apresentadas pelo conselho, foram aqui  
662 discutidas deliberadas e aprovadas. Mas também não sei eu concordo com a Roberta,  
663 trazer ele aqui seria, não sei se seria muito produtivo. As discussões são na  
664 Assembléia, onde são feitas as emendas e é lá que temos que discutir e apresntar as  
665 proposta do conselho e fazer a força para que ela aconteça, porque trazê-lo aqui não  
666 sei se seria muito producente. M<sup>a</sup> JUANITA – Conselheiro Márcio. MÁRCIO – Eu só

667 queria. Eu acho que a proposta que a Roberta trás e a que o Marcelo trás uma não  
668 inviabiliza a outra. Não precisaria necessariamente ser um deputado, poderia ser um  
669 assessor, isso inclusive a conversa poderia dá mais subsidio para discussão na  
670 Assembleia. M<sup>a</sup> JUANITA – Conselheiro Marcelo MARCELO – Eu quero até retirar  
671 minha proposta Márcio, considerando o que a Roberta apresenta neste segundo  
672 momento e porque eu digo isso. É nós trazermos o deputado ou trazermos a  
673 assessoria de deputado, para nós dizer aquilo que sabemos. Talvez não há  
674 necessidade. A minha proposta inicial de trazermos o representante aqui era de, como  
675 se diz, olha! Porque a comissão de participação popular, conhecedora que ela é do  
676 SUAS, ela deixa passar uma emenda que carimba. Tá certo! Então na medida que há  
677 um carimbo. Não, eu sei que! Porque que carimbou, eu sei que nós representantes  
678 não estávamos lá para dizer assim, olha! Já que tem estes nomes carimbados de  
679 municípios, porque o recurso não cai direto para o SUAS, e para que critério de  
680 partilha possa ser assegurado a todos. Então eu acho desnecessário, considerando a  
681 proposta que a Roberta trás. Acho que se nós todos fossemos em uma audiência  
682 pública para discutirmos esta temática de participação popular, eu acho que surtiria  
683 mais efeito e talvez alcançaria o próprio Estado, uma vez que estas audiências são  
684 transmitidas. Nós teríamos um alcance maior no Estado. Então eu comungo com o  
685 entendimento da companheira Roberta. M<sup>a</sup> JUANITA – Bom! Como não temos mais  
686 inscritos, do orçamento do QDD, da proposta orçamentária do FEAS ela já foi  
687 estabelecida, o Marcelo reapresentou a proposta. E a proposta é que este conselho  
688 faça uma solicitação ao legislativo de um requerimento de uma audiência pública,  
689 onde esse conselho estará presente para articular o legislativo com relação à emenda  
690 do orçamento de 2014. Todos os conselheiros concordam, tem alguém! (falas ao  
691 fundo), nós vamos fazer, o microfone, por favor! Nós vamos fazer a solicitação, quem  
692 define é o legislativo. Alguém em desacordo? Aprovada a solicitação e o  
693 encaminhamento. Com relação a prestação de contas do quarto trimestre, como  
694 ninguém apresentou na discussão nenhum questionamento. Os questionamentos  
695 foram focados no orçamento. Eu entendo aqui que não tem nenhuma obstrução,  
696 significa que a prestação de contas do quarto trimestre do FEAS foi aprovada. É!  
697 voltando a nossa pauta, com relação a comissão de orçamento, acabou né Andréa?  
698 ANDRÉA – Sim M<sup>a</sup> JUANITA – Ponto B, vista ao processo da entidade Aurea, eu  
699 coloquei no inicio que este processo da entidade Aurea, foi solicitado vista pelo  
700 conselheiro Geraldo, ele ficou impossibilitado de vir hoje. Então a comissão de normas  
701 vai voltar a sugestão de pauta, que aconteceu na ultima plenária. Márcio por favor!  
702 MÁRCIO – Entidade Aurea, fazer um resgate aqui para que seja colocado. Desculpe.  
703 Houve pedido de vista do conselho Geraldo da 176 plenaria pelo conselheiro Geraldo.

704 A visita ocorreu no dia 15/02, com o conselheiro e a nossa secretaria executiva  
705 Consolação. O conselheiro justificando sua ausência nesta plenária, por uma questão  
706 de força maior junto ao MP em Brasília. E em função do regimento interno do CEAS,  
707 que dá prazo máximo para vistas até a plenária seguinte, ou seja, nesta plenária, a  
708 comissão de norma, retorna o encaminhamento anterior sugerido. Qual seja este  
709 encaminhamento. Análise técnica da Associação Unificada de Recuperação e Apoio –  
710 AUREA do município de Belo Horizonte. A entidade Aurea encaminhou em 12/09/12,  
711 email solicitando reunião com o CEAS, para consultar sobre o indeferimento da sua  
712 inscrição pelo conselho municipal de assistência social de Belo Horizonte. A mesa  
713 diretora do CEAS, reunida no dia 12/12/12, avaliou a correspondência e encaminhou à  
714 comissão de normas, por entender que é um recurso da entidade. Seguindo o  
715 disposto na resolução 362/2011, que dispõe sobre os procedimentos aplicáveis nos  
716 processos de análise de recursos, com relação à inscrição de entidades recebidos no  
717 conselho estadual de assistência social CEAS. Foi solicitada a entidade em 4/12/12,  
718 copia de todos os documentos protocolados no conselho municipal de assistência  
719 social, bem como copia dos protocolos. Conforme análise técnica de Angelo Machado  
720 referenda-se a toda a análise realizada pelo conselho municipal de Belo Horizonte,  
721 quando o mesmo indefere o pleito da entidade na área de assistência social. A  
722 Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AUREA, é uma entidade de saúde,  
723 devendo procurar informações junto ao Ministério da Saúde de como proceder para  
724 fazer jus à certificação. Encaminhamento da comissão, sugere-se orientar a entidade  
725 para que a mesma apresente um projeto, programas, serviço e benefício, conforme  
726 disposto pelo artigo 11 da resolução do conselho nacional de assistência social, n.  
727 16/10, onde temos as entidades e organizações sem fins econômicos que não tenham  
728 atuação preponderante na área de assistência social, mas que também atuam nesta  
729 área, deveram inscrever seus programas, serviços e benefícios sócio-assistenciais,  
730 além de demonstrar que cumpre os critérios do parágrafo primeiro, do parágrafo  
731 segundo do artigo 6 e o artigo 7 desta resolução, mediante apresentação. A inscrição  
732 deste projeto, programa, serviço e benefício, poderia vir a atender à resolução do  
733 conselho nacional 109/09, quanto ao serviço social de assistência social básica. M<sup>a</sup>  
734 JUANITA – Em discussão senhores! Não. Então encaminhamento é que o conselho  
735 responda a entidade. Que oriente a entidade que faça um pleito como serviço,  
736 programa, projeto específico que ele execute e não inscrita como entidade. Algum  
737 parecer contrário a essa sugestão da comissão senhores? Correto? Aprovado?  
738 Aprovado o indicativo da comissão. Aproveitando a comissão de normas está  
739 podemos finalizar. Porque nossa pauta está bastante enxuta. MÁRCIO – Nossa pauta  
740 já finalizou. M<sup>a</sup> JUANITA – Já! Muito bem então. Passamos então para a comissão de

741 política. A comissão de política não tem súmula, os pontos estão em discussão.  
742 Normas, já foi. Comissão de apoio. ANÁLIA – Bom dia a todos, mais uma vez!  
743 Estiveram presentes ontem na comissão de apoio, eu Anália, André Luiz, Helio,  
744 Norberto e Enedina, apenas. Os pontos para deliberação. Ofício da SEDESE  
745 113/2013, departamento de proteção especial, informando o recebimento de  
746 denúncias e medidas adotadas quanto às irregularidades apontadas, cópia dos ofícios  
747 enviados aos gestores, nos municípios. Foram três municípios, Betim, Guaraciaba e  
748 Itabira. Porém cada um é uma situação. O município de Betim, é que não há  
749 profissional de psicologia no CRAS e o município está na gestão plena. Vocês? Haam,  
750 do CREAS, desculpe, psicólogo para o CREAS. Município de Guaraciaba, embora  
751 assegurado pelo município, o transporte para o CRAS, não é disponibilizado para os  
752 usuários que dele necessita. Ele esta na gestão básica. Itabira, denúncia apurada  
753 pelo disque 180, relatando recusa em atender uma usuária vítima de violência  
754 doméstica, sob a alegação do atendimento exclusivo do CREAS sobre  
755 acompanhamento exclusivo de situação de violência contra crianças e adolescentes.  
756 Essas foram as denúncias que chegaram à SEDESE. A SEDESE fez contato com os  
757 três municípios, encaminhando às cópias das denúncias. A comissão trouxe o  
758 seguinte encaminhamento para discussão da plenária, para conhecimento e  
759 ampliação desse olhar. Enviar ofício aos municípios para que informe a ciência das  
760 denúncias apresentadas e o efetivo trabalho realizado para superação das  
761 irregularidades. Com relação ao município de Betim, pensamos em solicitar ao CMAS  
762 que informe a composição, sobre a composição da equipe do CREAS, não é Paula?  
763 Porque lá em cima é CREAS Então aqui em baixo também é. Fazer esta correção, ok!  
764 Com relação ao município de Guaraciaba SEDESE, que sobre o município, que cobre  
765 ao município informações sobre a oferta de serviços oferecidos no CRAS e a forma de  
766 acesso aos mesmos, que estabeleça ao gestor seu papel frente à rede de políticas  
767 sociais. Agora que esclareça ao gestor seu papel frente à rede de políticas sociais.  
768 Isso aqui cabe uma observação, porque a denúncia. Você está com a denúncia ai  
769 Paula? Eu gostaria de ler a denúncia, porque se na hora que a SEDESE respondeu ao  
770 município, se ela teve a interpretação que nós ontem na comissão tivemos. Não eu  
771 quero é o que está atrás. A denúncia de Guaraciaba. A denúncia foi feita no 180. Esta  
772 assim, reclamante relata que seu marido é alcoólatra, está em tratamento no centro de  
773 referencia de assistência social da cidade de Guaraciaba, informa que o CRAS se  
774 disponibilizou a leva-lo para casa após o atendimento e não está cumprindo com o  
775 acordo. Nós preocupamos Juanita, se aquele procedimento, nós combinamos que as  
776 denúncias teriam um procedimento, que nós iríamos verificar a veracidade desta  
777 denúncia. Porque muitas vezes o usuário confunde CRAS, CREAS, CAPS, às vezes

778 ele liga no 180, e quer fazer uma denúncia contra o CAPS e fala CRAS, pois ele não é  
779 tão bem informado quanto nós estamos todos os dias. Agora o que nós preocupou foi  
780 essa questão da palavra tratamento. Não que o alcoólatra não deva ir não CRAS,  
781 claro que deve, se ele está no território ele pode ir lá. Mas não para o tratamento. E a  
782 outra questão é que ela diz que está assegurado, este ir e vir dele. O acesso dele  
783 através do transporte. Você gostaria de esclarecer Juanita, por favor! JUANITA –  
784 Então! Eu acho que nós fizemos uma interpretação errada no nosso entendimento,  
785 porque desculpa eu sai e voltei e eu não sei se foi o teor. Este foi o ofício que a  
786 SEDESE encaminhou algumas denúncias á ouvidoria. Não é isso? Tá! Então vou  
787 situar de que forma isso aconteceu. Isso foi denunciado na ouvidoria do governo  
788 federal, e parece que foi o ano passado. E o governo federal encaminhou para a  
789 SEDESE para a CDAM, Coordenadoria da Mulher, a CDAM, me parece que havia  
790 encaminhado isso anteriormente para a subsecretaria de assistência e eu não sei qual  
791 o encaminhamento que havia sido feito. O montante de denúncia. De delegado de  
792 promotor. Qual que foi a nossa iniciativa. Extraímos dessa denúncia o que era afeto ao  
793 SUAS, a subsecretaria enviou um ofício ao gestor, informando da denúncia que foi  
794 pela usuário do município à ouvidora do MDS, e que havia chegado a SEDESE, para o  
795 município fazer as correções não atendimento. Quanto às correções no atendimento a  
796 SEDESE orientou qual que era o atendimento correto. E encaminhou este número de  
797 denúncia, se não me engano são 4, para este CEAS, tomar conhecimento, foi este o  
798 procedimento. Mas no ofício que foi encaminhado, me parece que deu este histórico.  
799 Eu não sei se nós trabalharíamos uma denúncia que aconteceu a tanto tempo, eu não  
800 sei se, não sei qual foi o encaminhamento, dei uma coxilada conversando aqui, lendo  
801 a NOB inclusive. eu não sei qual é o encaminhamento que esta sendo feito. Porque se  
802 for sobre esta denúncia da ouvidora eu estou esclarecendo. Eu não se se nós  
803 oficializamos o conselho municipal de assistência, falando dele desta denúncia, e  
804 orientá-lo com relação à fiscalização dos serviços. Eu entendo. ANÁLIA – Então está  
805 proposto esclarecimento ao gestor frente à rede de políticas públicas, porque inclusive  
806 o de Itabirta é bem semelhante. Então o encaminhamento para Itabira. Aqui irá mudar  
807 então, solicitar á SEDESE não vai precisar mais né! Passar o novo encaminhamento  
808 Então! Novo encaminhamento seria o mesmo debaixo Então. Solicitar, encaminhar  
809 ofício ao município de Itabira, ressaltando a importância do encaminhamento das  
810 ações desenvolvidas no CRAS, porque se o CRAS de Itabira está entendendo. M<sup>a</sup>  
811 JUANITA – Anália, não seria encaminhar ao conselho municipal de assistência?  
812 ANÁLIA – É ao conselho. M<sup>a</sup> JUANITA – é porque está ai encaminhar ao município.  
813 ANÁLIA – Encaminhar ao conselho todos os dois. Ao conselho o acompanhamento. O  
814 CRAS também de Itabira pelo que foi na denuncia, ele está equivocado quanto ao

815 atendimento. Qual seria Então o trabalho essencial ao serviço no CRAS. Não!  
816 Embaixo é CREAS, Itabirta é CREAS, porque está dizendo que é só criança e  
817 adolescentes. Desenvolvidos no CREAS. Essa denúncia as vezes é um funcionário  
818 mais desavisado que está ali e fala, “não aqui não atende seu caso não, aqui é só  
819 criança e adolescente”, porque o movimento maior é de criança e de adolescente. Não  
820 é tão preocupante assim, mas é importante acompanhar. Ok! Pontos para discussão,  
821 Oi? M<sup>a</sup> JUANITA – Anália, a conselheira Roberta quer dá uma contribuição.  
822 ROBERTA – Eu primeiro assim, pelo que foi relatado do time da denúncia. No meu  
823 entendimento nós estamos encaminhando errado. Porque primeiro, estamos partindo  
824 do presuposto que realmente houve erro no atendimento nós não sabemos. Não é  
825 isso? Você mesmo disse, por exemplo, o usuário pode ter confundido os dois. Isso é  
826 hipótese que nós estamos levantando. A fala dele de dizer em tratamento, quer dizer  
827 por mais que você fale que o CRAS não é um tratamento ele pode ter essa concepção  
828 e ninguém vai tirar isso dele de fato. Ao meu ver, porque assim, na essência da coisa  
829 ali, o usuário tá dizendo, a um ano atrás que ele disse isso. Ele disse assim, eu to  
830 fazendo tratamento, não sabse se é no CRAS ou no CAPS, e ficaram de me levar em  
831 casa e não estão levando. Agora enviar um ofício esclarecendo o atendimento para o  
832 conselho partindo do presuposto que eles estão fazendo errado e nós não sabemos.  
833 Isso há um ano atrás, no meu entendimento eu acho que isso poderia ser até uma  
834 conversa, por exemplo. Estão ocorrendo os encontros de capacitações, quer dizer  
835 sentar com estes dois municípios e falar assim, olha a um ano atrás nos recebemos  
836 isso, então dá uma olhada nisso, veja como isso está procedendo, porque é, de  
837 concreto e real, primeiro nós não temos nenhuma violação a principio, e segundo nós  
838 estamos partindo do presuposto que estão atendendo errado. Então de repente  
839 atender um ofício, seja para o conselho, seja para os gestores, nós vamos partir de  
840 presuposto. Olha aqui! Vocês que são gestores, que estão aqui, recebendo ofício do  
841 conselho, CRAS é para isso e rezar a cartilha para o cara, o cara vai dizer o que eles  
842 estão falando. Mesmo que eu diga que um usuário levantou isso, porque é como a  
843 Juanita falou, nesse espaço que você abre de denúncia vem de tudo, gato, papagaio,  
844 periguito e urubu. As pessoas, conforme a concepção, colocam lá. E ai daí nós.  
845 Porque quando é algo mais grave de violação, já teriam morrido, porque isso foi há um  
846 ano atrás. Não é isso? Para mim é como e estivéssemos usando uma bala para  
847 matar, se é que existe um mosquitinho. Se é. Porque eu não tenho dúvidas se tem.  
848 ANÁLIA – Encaminhar ofício que o CMAS tem que acompanhar, isto é fato, é  
849 obrigação do conselho. De acompanhar mesmo. O CRAS e o CREAS. Agora por qual  
850 motivo, nós estamos enviando, e ai a Roberta tem razão. E se isso aconteceu ano  
851 passado. Uma técnica novata, rezou uma cartilha, e eu fui que não era nada disso que

852 eu queria. Eu tinha uma dúvida, porem não era nada daquilo. E ai até a SEDESE  
853 pedindo desculpas. Então Roberta nós cometemos equívocos e temos que verificar.  
854 M<sup>a</sup> JUANITA – Então qual é o encaminhamento? ANDRÉA – Eu fico pensando que o  
855 encaminhamento da Roberta, Juanita, nas reuniões, nos seminários dos novos  
856 gestores do SUAS, chamar estes municípios mesmos e conversar sobre o ocorrido.  
857 Transparente. M<sup>a</sup> JUANITA – A Rosilene quer colocar algo sobre isso? ANÁLIA – O  
858 Volney queria falar! M<sup>a</sup> JUANITA – Só um minutinho, por favor! Volney você quer se  
859 inscrever, porque não está escrito não! ROSILENE – Eu quero comentar, que eu  
860 concordo com a Albanita, um ano já se passou, já não tem mais validade, acho que  
861 temos que acompanhar. Só que ali colocando a importância não é do  
862 acompanhamento. É conforme o que está na tipificação. Porque coloca assim,  
863 resultando a importância do encaminhamento das ações desenvolvidas no CRAS...  
864 ANÁLIA – Não! Mas a SEDESE já respondeu para o município e já rezou esta cartilha.  
865 De tipificação, de tudo que se faz lá, Rezou também. M<sup>a</sup> JUANITA – O ofício não  
866 rezou da tipificação. ANÁLIA – Rezou sim, está ali. Risos ROSILENE – mas é isso  
867 mesmo, acho que a Andréa também colocou que é conversar com os gestores e saber  
868 se realmetne este tipo de acompanhamento esta sendo feito, e se não estiver sendo  
869 feito terá que orientar conforme a tipificação do serviço. Era isso obrigada! M<sup>a</sup>  
870 JUANITA – Conselheiro Volney. VOLNEY – O Anália, no caso de Betim, eu imagino eu  
871 que tem mais de um CREAS lá! Então você poderia especificar informando esse  
872 encaminhamento, que chegou a denúncia com a falta do profissional de psicologia no  
873 CREAS, porque nós vamos solicitar ao CMAS que informe a composição do CREAS.,  
874 vou informar que se tiver mais de um CREAS por exemplo não vai ser respondido para  
875 nós. A equipe está composta. ANÁLIA – Mas já está sendo dado o segundo  
876 encaminhamento. Tirar este e a SEDESE voltar a uma conversar com o município,  
877 com o gestor dos três municípios. É o melhor que temos a fazer agora. VOLNEY –  
878 Com o gestor, OK!!!! ANÁLIA – É o melhor que temos a fazer agora. Né Juanita, você  
879 quer voltar o ofício? JUANITA – Não querida so estava lendo, o encaminhamento aí!  
880 ANÁLIA – O encaminhamento seria para os três municípios que eles fossem  
881 chamados, por assim, a resposta que foi dada para o município de Guaraciaba que e  
882 igual para os outros, e nós tivemos um entendimento que Guaraciaba teria um  
883 diferencial nesta denúncia, que é um equivoco do usuário que denunciou ou realmente  
884 o CRAS estava fazendo o tratamento. E chamar seria a melhor forma. JUANITA – OK!  
885 O encaminhamento seria solicitar à SEDESE que convide o município para  
886 esclarecimentos sobre a denúncia. ANÁLIA – OK! ! Fechou? M<sup>a</sup> JUANITA – André.  
887 ANDRÉ – Juanita se você puder me deixar contribuir. Quando na comissão nos  
888 discutimos esta questão de Betim, e eu fiquei por entender, porque normalmente



889 quando tem alguma irregularidade na equipe é a SEDESE quem faz toda apuração,  
890 notificação. E eu queria entender, por qual motivo ela foi encaminhada para a  
891 comissão. É de praxe ser encaminhado? JUANITA – A SEDESE comunica ao CEAS  
892 dessas situações, para melhoria de dados no âmbito do SUAS. O CEAS tem que  
893 receber e ver qual orientação esse CEAS irá fazer. Porque foi para a comissão de  
894 apoio. Porque diz afeto ao município, porque é para apoiar o conselho do município da  
895 denúncia. Agora o encaminhamento é da comissão. ANDRÉ – Entendi! Então sempre  
896 que acontece. JUANITA – Este tipo de irregularidade, a SEDESE faz a sua proposição  
897 que é de gestão, faz a sua proposição de gestor e comunica ao CEAS esta  
898 irregularidade. ANDRÉ – Mesmo que ele tenha cumprido. JUANITA – Sim, é para o  
899 CEAS ser informada da situação de irregularidade que possam ou não ter ocorrido no  
900 município. ANÁLIA – Então estes pontos não deveriam vir para deliberação não.  
901 Deveriam ser somente para informe. JUANITA – É porque esta decisão é a comissão  
902 que toma, de deliberação e informe. Já veio assim, o que era deliberação e o que era  
903 informa. ANÁLIA – Nós recebemos assim. JUANITA – A proposta da pauta. ANDRÉ –  
904 Sim! Essa foi a minha dúvida. Eu entendi que deveríamos encaminhar agora deliberar  
905 foi minha dúvida. Eu não entendi. JUANITA – O que na verdade a mesa diretoria toma  
906 ciência do ofício, e encaminha para a comissão que ela entende que é afeta. Mas eu  
907 não entendo também que a mesma diretora tenha que encaminhar com sugestão de  
908 encaminhamento. Eu acho que esta competência é da comissão. Mas aí nós  
909 poderíamos rever esta posição. A mesa diretoria teria uma pré análise, seria isso?  
910 Roberta. ROBERTA – Veja bem tem assuntos que a mesa diretora, necessariamente  
911 não precisa encaminhar para a comissão não. Ela seleciona e dá os avisos na  
912 plenária. Ela vai dizer olha tais e tais assuntos surgiram durante o mês ou chegou  
913 neste conselho e foram tomadas, é tipo os informes para esclarecimentos e ponto,  
914 para arquivamento e pronto. Porque quando vai para as comissões. Ontem foi minha  
915 primeira experiência e foi uma experiência boa. Nós ficamos sem saber o que é. Você  
916 tem que fazer encaminhamento, você tem que levar para a plenária deliberar, você lê  
917 a abafa casos. Sabe! Acho que nós vamos ter que estudar na mesa diretora o que é  
918 que vai para as comissões, para aprofundamento e voltar para a plenária e tem coisas  
919 que virão para a plenária ou tomar conhecimento, entendeu! De uma forma mais  
920 objetiva. Porque se não temos que tomar cuidado para não errar nos  
921 encaminhamentos feitos pela comissão. ANDRÉ – Porque quando acontece. O  
922 conselho já é automaticamente, o conselho municipal já é notificado pela própria  
923 SEDESE. M<sup>a</sup> JUANITA – A SEDESE comunica o gestor. ANDRÉ – o gestor comunica  
924 porque o conselho tem que enviar o parecer para ele prestar contas para a SEDESE.  
925 M<sup>a</sup> JUANITA – Não! Neste caso aqui não. ANDRÉ – Nesse! M<sup>a</sup> JUANITA – Não.

926 ANDRÉ - Nem sempre. M<sup>a</sup> JUANITA – Não! O conselho tem que dá o parecer em  
927 outros instrumentos de gestão, como plano de providência, sobre esta situação não.  
928 ANDRÉ – é que nós já recebemos, pela pratica em nosso município. Foi solicitado que  
929 o conselho tivesse, fosse informado sobre a composição da equipe do CREAS, pela  
930 SEDESE, eu vi o ofício que chegou. Então foi pela pratica. Então pode ser que neste  
931 caso foi, nem sempre acontece. M<sup>a</sup> JUANITA – Nesta situação eu desconheço André,  
932 nesta situação do RH. Eu não posso falar considerando uma coisa que já aconteceu  
933 porque eu não tenho conhecimento, neste caso especifico não. ANÁLIA - Voltando à  
934 Anália. ROBERTA – Deixa eu clarear, porque essas discussões elas podem parecer  
935 enfadonhas, mas eu acho que elas irão clarear cada vez mais o papel do conselho e  
936 do gestor. É claro que por se tratar de um sistema muito novo, eu acho que no  
937 cotidiano permeiam essas dúvidas. Tem horas que o conselho avança muito no papel  
938 da gestão. Tem horas que a própria gestão também avança na questão do controle,  
939 eu acho que essas coisas precisam ser muito bem tratadas para não confundir papel.  
940 Porque tem uma confusão constante de papel, porque às vezes é do gestor e o  
941 conselho está tentando fazer e vice-versa. Entendeu! Então eu acho que quanto mais  
942 nós discutirmos e tratarmos essas questões de uma forma, inclusive assim, até  
943 perguntando o que é para ser feito, o que é que pode, para partimos para  
944 encaminhamentos, porque nós erramos é quando partimos para o encaminhamento,  
945 vai direto nos encaminhamentos. Tem que fazer isso, aquilo. E vamos atropelando, e  
946 as assumindo papel que não é do conselho. E deixando o verdadeiro papel do  
947 conselho que nós não fazemos, confunde nossa atuação. ANÁLIA – Voltando,  
948 concordo demais com você Roberta. Eu acho que é um processo de aprendizagem e  
949 ontem nós perdemos muito tempo nas três questões, falando que poderia ser isso ou  
950 aquilo. Sabedo que este segundo ponto para a comissão ontem, é o mais importante,  
951 que é a criação. Perai! Ponto 2 - ponto para discussão e encaminhamento. Criação  
952 das URCMAS, faltantes, reativar as URCMAS existentes. Apoiar e fortalecer as  
953 URCMAS e CMAS, estabelecer estratégias. Então quando colocou para nós  
954 estabelecer estratégias chega a dá um “frio na barriga” porque o que mais sabemos é  
955 colocar metas, mas estabelecer estratégia não sabemos muito não. Parece! Porque  
956 por exmplo, se vamos criar mais URCMAS, primeiro temos que tratar das unidades,  
957 dos conselhos. Então nós temos que fortalecer os conselhos e de que forma. Porque  
958 colocar fortalecer os conselhos é uma delicia, é ótimo. Mas como nós vamos fazer?  
959 Que estratégia para os fortalecimentos? Que estratégias para manutenção daquele  
960 conselho, sabe? Estes processos das URCMAS, ele será eterno para nós. Mesma  
961 coisa as usinas, sempre! É o maior movimento que devemos ter do CEAS, vai ser asa  
962 URCMAS, porque o conselho toda hora está mudando, por conta da quantidade de

963 municípios. Então trouxemos para a plenária, para ampliarmos um dialogo entorno de  
964 que estratégia nós podemos estabelecer para criação dos conselhos, fortalecimento  
965 dos conselhos e criação e reativação dsas URCMAS, está aberta a palavra. Juanita!  
966 JUANITA – Com relação ao fortalecimento de conselho. Eu penso inclusive que as  
967 URCMAS é uma estratégia. Considerando o numero de conselho municipal que temos  
968 no Estado, este conselho jamais conseguirá chegar ao alcance de todos, é,  
969 considerando a demanda de todos e a agenda de todos os conselheiros. Uma  
970 URCMAS inclusive na época da criação foi com este objetivo, fortalecer os conselhos  
971 municipais porque uma coisa é darmos contas de 853, outra coisa é por meio das  
972 URCMAS, apoiar e fortalecer os conselhos. Isso é uma estratégia no meu  
973 entendimento. Uma coisa é você trabalhar com 27 URCMAS, outra é trabalhar com  
974 853 municipios, mas concordo plenamente com vocês, esta situação ela é eterna do  
975 conselho, considerando a rotatividade dos conselheiros. Então sempre quando você  
976 pensa que vai avançar, você tem que dá um passo atrás considerando os novos  
977 conselheiros que tomaram posse naquele conselho. ANÁLIA – Ok! Foram agendadas  
978 duas reuniões com presidentes de URCMAS, as primeiras dia 08/03, e dia 18/03,  
979 também foi colocado trabalhar o censo SUAS 2011, dados tratados com o  
980 observatório e a comissão de política. M<sup>a</sup> JUANITA – Isso é informes né Anália?  
981 Encaminhamento? Oi! É porque nós não estamos ouvindo no microfone. TÉCNICA  
982 PAULA – Nós estamos aguardando ainda os dados do observatório. Foram  
983 repassados, mas eles pediram dois meses para o retorno. Então seria mesmo como  
984 informes, foi divulgado errado. M<sup>a</sup> JUANITA – Haa! Informes. Conselheira Roberta  
985 gostaria? ROBERTA – eu quero pedir desculpas à comissão de apoio, os documentos  
986 do observatório já chegaram, porque quando foi sair o pedido da comissão de política,  
987 chegou na comissão de política, e ontem tivemos acesso a este documento, e nós  
988 ficamos sem saber se iríamos debruçar neles e passar alguma coisa mais  
989 aprofundada, mas se vocês estão aguardando viu Consolação, pode passar todo  
990 aquele material do apoio que veio do observatório para a comissão de apoio, porque  
991 ai, já são feitos os trabalhos que vocês entendem que tem todos os dados do SUAS,  
992 para vocês poderem direcionar o trabalho de apoio aos conselhos, OK! Então na  
993 próxima reunião de comissão SUAS, ai entra até sugiro que possam passar por e-mail,  
994 porque é bem condensado o material, para vocês terem acesso e já poderem  
995 trabalhar, porque isso chegou na comissão de política ontem e ficamos com essa  
996 dúvida e o encaminhamento é para vocês mesmo. ANÁLIA – Então! Não! é porque  
997 agora eu vou repetir. O encaminhamento são duas reuniões dia 08 e dia 18 com duas  
998 URCMAS. Entendemos Juanita! Ai este ponto aqui também acho que ele precisa ser  
999 conversado aqui no CEAS, que a comissão entendeu que devemos solicitar à SEDESE

1000 que através do CEAS que os regionais estabeleçam uma parceria para estruturação e  
1001 assessoramento das URCMAS. Porque a regional SEDESE é um ponto de apoio de  
1002 articulação, porque agora nós não sabemos como está, temos bastante informações  
1003 que as regionais não estão funcionando, algumas já estão desmembradas do SINE,  
1004 Então ficou ainda mais sem condições de trabalhar. M<sup>a</sup> JUANITA – Na verdade esta  
1005 discussão foi passada aqui na plenária passada. E nós colocamos da dificuldade de  
1006 vincular o assessoramento das regionais para as URCMAS. Das URCMAS pelas  
1007 regionais. É o contrario. Então com relação ao funcionamento da SEDESE, o que  
1008 aconteceu foi o desmembramento do SINE das regionais, porque as secretarias eram  
1009 as mesmas, a secretaria do trabalho agora desmembrou da SEDESE, então por isso  
1010 fez-se o desmembramento, no âmbito das regionais. Mas as regionais da SEDESE  
1011 estão funcionando. Agora esta questão de solicitar à SEDESE o apoio das regionais  
1012 para estruturação e assessoramento das URCMAS, isso já foi trabalhado na ultima  
1013 plenária. Sabe Anália! Agora eu acho que está confuso sim, porque não é  
1014 encaminhamento é informe. Tá informando que terá duas reuniões do CEAS, com os  
1015 presidentes das URCMAS, em 08/03 e 18/03, ai eu estou pedindo á Consolação, para  
1016 alterar, porque fica pesado fazer duas reuniões com URCMAS em dois meses, teria  
1017 que ser uma reunião por mês. Considerando as agendas com os conselheiros fica  
1018 muito pesada. Eu estou sugerindo que seja uma reunião em março e outra em abril. É  
1019 informe, não é Anália? ANÁLIA – É ela já ficou lá em cima como informe mesmo. M<sup>a</sup>  
1020 JUANITA – Há tá! ANÁLIA – So repetir aqui, se nós seguirmos esta meta de uma  
1021 reunião ao mês nós faríamos apenas, 12 no ano, sendo que tem 27? M<sup>a</sup> JUANITA –  
1022 Não! Porque isso ai foi seguindo a deliberação da ultima plenária. Não sei se vocês se  
1023 recordam que na plenária foi discutido que está com 7 URCMAS em funcionamento.  
1024 Então a diretriz foi chamar as URCMAS, que estão funcionando e fazer o  
1025 levantamento das outras que não tinham informação. Foi esta deliberação que  
1026 aconteceu. Então qual foi a ação propositiva deste conselho. Chamar os presidentes  
1027 das URCMAS que já estão funcionando, para uma reunião aqui com o CEAS.  
1028 Conselheiro Marcelo. MARCELO – Além do que Juanita falou, sem e recordo também,  
1029 nos dissemos também que grande parte dos presidentes de URCMAS podem ter  
1030 mudado, e ai que nós deveríamos enviar a correspondência para o conselho  
1031 municipal, foi assim que ocorreu. Então já está resolvido. Foi enviado para o conselho  
1032 municipal, onde tem o presidente das URCMAS. M<sup>a</sup> JUANITA – OK! Fechou!  
1033 Conselheira Roberta, só um momento Anália, por favor! ROBERTA. Eu quero insistir  
1034 na estratégia. Por nos temos que pensar na estratégia para dá certo, porque pensar  
1035 para dá errado é preferível nem fazer. Ex. chamar duas vezes no mês duas eu já acho  
1036 o fim da feira. Uma vez por mês eu acho um absurdo também. Porque temos que

1037 pensar que os municípios são gestão nova estão começando a preparar para a  
1038 conferência e nós também temos que começar a raciocinar com a conjuntura do  
1039 município, porque se não vai ficar marcando coisas aqui que não vamos conseguir.  
1040 Essa ideia que o Marcelo está colocando que foi deliberado na outra plenária para  
1041 chama-los aqui até para nós sentirmos como está esta confusão. Isto posto iríamos  
1042 conversar e pensar em uma estratégia até para ouvir deles, o que eles acham, porque  
1043 havia sido proposto ali duas vezes, agora uma vez. Eu tô dizendo que é partir daquilo  
1044 que foi deliberado da outra vez, não é isso? Pronto fechou! ANÁLIA – Agora o outro  
1045 também partindo do início que ficamos equivocados na questão do encaminhamento,  
1046 este numero três também não tem encaminhamento, é um caso de que o prefeito  
1047 pegou o carro do CRAS e levou para a saúde e este carro bateu deu perda total, não  
1048 tinha seguro e o CRAS ficou sem o carro. Quer dizer, não temos que dá  
1049 encaminhamento nenhum para isso não né? M<sup>a</sup> JUANITA – Só informe. ANÁLIA – Só  
1050 informe, OK! O Restante também já foi para leitura. Finalizamos. Obrigada. (Falas ao  
1051 fundo). M<sup>a</sup> JUANITA – Você quer falar! Bom Consolação você quer falar? Esclarecido?  
1052 Bom finalizamos os trabalhos de apresentação das comissões. É o Marcelo está  
1053 solicitando a fala antes de encerrar as comissões. MARCELO – Este ponto que a  
1054 Anália, nos trás a respeito de um veículo que utilizado. Nós sabemos as dificuldades  
1055 que os municípios têm, talvez lá tenha um ou dois, ou três carros só para fazer todo o  
1056 serviço. Mas seria importante talvez, e ai eu faço uma reflexão, porque chegou uma  
1057 correspondência para nós. Nós informamos que os veículos destinados. Não chegou  
1058 ofício nem nada? Talvez, informamos que os veículos que são destinados ao CRAS  
1059 eles devem ser utilizados para aquele fim. Agora as demandas que ocorrem por lá,  
1060 nós não temos como. M<sup>a</sup> JUANITA – Ai também eu vou só dá um esclarecimento. Na  
1061 verdade foi esse CEAS, que enviou um ofício para a SEDESE, em julho/2012, falando  
1062 desta irregularidade. A SEDESE tomou as providencias e encaminhou um e-mail para  
1063 este conselho com relação à situação. Então esta denúncia foi encaminhada pelo  
1064 CEAS à SEDESE em julho/2012. OK! Roberta. ROBERTA – Eu quero so chamar a  
1065 atenção pois estamos na primeira plenária do ano, não é isso? Segunda! Pois é, Então  
1066 eu acho que a secretari executiva a nossa comissão técnica, nós vimos o esforço, mas  
1067 eu queria fazer esta reflexão, aqui para podermos melhorar. Esta critica que eu vou  
1068 fazer no intuito de melhorar. E continuo insistindo, nós estamos tendo um problema  
1069 naquilo que vai ser encmainhado para as comissões. Por exemplo, tivemos na  
1070 comissão de política, tivemos me parece na comissoa, Márcio está colocando aqui.  
1071 Mas algumas coisas que estão indo para a comissão nós não estamos, porque assim  
1072 recebemos uma serie de material para trabalhar. E ai eu volto a insistir que a mesa  
1073 diretora, vai ter que fazer este esforço dobrado, para poder filtrarmos isso, para

1074 inclusive podermos produzir na comissão nas questões mais afetas a este conselho.  
1075 Às vezes ficamos na comissão perdendo um tempo, às vezes são coisas de um ano  
1076 atrás, de dois anos, que já voltou e foi lá, perde o tempo esclarecendo, comete de  
1077 repente o risco de cometer erros, Então é só pedir este esforço e com certeza também  
1078 da mesa diretora para podermos melhorar isso, pois teremos muita dificuldade, pois as  
1079 agendas estão apertadas para este ano. M<sup>a</sup> JUANITA – Essa sugestão da conselheira  
1080 Roberta será observada, considerando que ela é coordenadora de comissão, também  
1081 e estará na mesa diretora, mas ai eu também faço um chamamento, para os  
1082 coordenadores das comissões e para as comissões, porque nós encaminhamentos  
1083 da mesa diretora para análise as comissões tem total liberdade para encaminhamentos  
1084 e proposições, se a plenária faz o direcionamento de rumo, isso é inerente ao  
1085 funcionamento do conselho. Agora a tratativa da temática, porque eu fico pensando  
1086 também, o CEAS, demanda o órgão gestor, o órgão gestor toma as providencias e  
1087 tem duas situações. Se não informa o CEAS o CEAS cobra do monitoramento, se  
1088 informa toma outra diretriz, Então essas coisas precisam ficar bem claras, para que o  
1089 trabalho flua e não haja perda de tempo, é isso! É por isso que estou falando, estas  
1090 questões tem que ser trabalhada claras para todos, para que seja na maior  
1091 transparência possível. Finalizamos a comissão de apoio? Fechamos todas as  
1092 comissões, a letra D distribuição do processo de Usinas. Como eu falei. Tá bom  
1093 Roberta! Depois OK! É nós estamos retirando da pauta PCH de Mateus José,  
1094 considerando que o empreendedor, não encaminhou a solicitação de complementação  
1095 de informações. Nós temos projeto hidroagrícola de Jequitai, que vai para a  
1096 conselheira Andre, é porque a outra era vista que foi pedido, você é quem esta na fila,  
1097 relatoria de processo de usina CGH Pedro Teixeira, conselheira Andréa Medrado. É  
1098 que a Andreia havia pedido vistas na outra e conseqüentemente. (falas ao fundo).  
1099 ANDRÉA – Posso começar, processo CGH Pedro Teixeira, o nome do empreendedor  
1100 é Grão Mogol Energia LTDA, o responsável pela elaboração do PAS, é o José Antônio  
1101 Pimenta da Silveira. O município envolvido é o Pedro Teixeira, o tipo de processo é o  
1102 PAS BARRAGEM, foi de vistas. Pode descer! Os dados constantes que eu vou  
1103 apresnetar, foi fundamentado em relatório técnico sob a luz da técnica, do CEAS a  
1104 Rosaalice, que vem em toda o processo. A técnica visitou a unidade em discussão  
1105 com o conselho municipal, de assistência social de Pedro Teixeira e representantes  
1106 municipais e das áreas atingidas pela CGH. O plano de assistência social da CGH  
1107 Pedro Teixeira, foi encaminhado em março, 22/03, e ele segue todas as diretrizes da  
1108 legislação do CEAS. Foram afetadas seis propriedades rurais e seu total de 21hs, para  
1109 implementação da usina, sendo que uma propriedade apenas no trecho de vazão  
1110 reduzida., três propriedades encontram-se desativadas, por meio de inventario, e as

1111 outras três possuem pasto com a área atingida, uma propriedade possui 6ha de área  
1112 atingida e as demais possuem 3ha da área atingida cada uma. A estimativa da  
1113 conclusão da obra é de 8 meses a contar da licença de instalação. Sobre os  
1114 proprietários constou no PAS, que 3 são proprietários, entre outras informações, para  
1115 implantação deste empreendimento, foram contratados trabalhadores, com preferência  
1116 daqueles que residem no município de Pedro Teixeira, ou então de região próxima ao  
1117 empreendimento. Esse processo de contratação será em parceria com a Prefeitura,  
1118 por meio do seu cadastro de mão de obra local, e ainda haverá um acompanhamento  
1119 da equipe de assistência social e do PAS. O plano de assistência da CGH Pedro  
1120 Teixeira, apresentou diagnóstico do Município de Pedro Teixeira e de toda a área  
1121 atingida pelo empreendimento e a descrição dos impactos sociais. A visita in loco da  
1122 Rosa foi em dezembro, foi acompanhada pela secretária de assistência social do  
1123 município e também por representantes do empreendedor, das seis áreas atingidas  
1124 foram entrevistados 4 proprietários ou seus responsáveis. Pode passar! Em 3  
1125 propriedades. Ai ela vai está. Vocês querem que eu descreva essas questões  
1126 também. É mais! Ok! Desce um pouco. Das 3 propriedades entrevistadas há criação  
1127 de gado e algum tipo de plantação. Em 1 apenas plantam para subsistência da família,  
1128 dentre as 4 propriedades, 3 utilizam o rio para bebedouro de água e 1 para pesca. Em  
1129 nenhuma das propriedades há benfeitorias e ou produções na área a ser atingida.  
1130 Todos os proprietários já negociaram as áreas de interesse do empreendimento e  
1131 receberam o pagamento em dinheiro. Pode ser incluída nesta informação. A  
1132 proprietária Sueli aparecida que mesmo não sendo entrevista pela técnica do CEAS  
1133 Rosa, teve sua negociação confirmada, por meio do seu sobrinho Alex, filho do  
1134 Sebastião Abreu. Ainda temos três dos entrevistados, ressaltando que a construção da  
1135 Usina será boa para a região, considerando a melhoria das estradas com a construção  
1136 da Usina. Parecer conclusivo da técnica é de aprovar. Conclusivo nosso. É de  
1137 aprovação do PAS barragem Pedro Teixeira, uma vez que a negociação com os  
1138 atingidos foi de uma boa conduta junto com os empreendimentos. M<sup>a</sup> JUANITA – Em  
1139 discussão senhores. MARCOS – só para lembrar. Em função das vistas, qual foi o  
1140 motivo e qual a relação do processo anterior para este, para que possamos ter  
1141 esclarecimento sobre qual ponto de divergência houve. ROBERTA – é na verdade não  
1142 teve nenhum ponto de divergência, o que aconteceu foi o seguinte, conforme o  
1143 regimento interno para aprovação de PCH, o conselheiro. Esse processo estava com o  
1144 conselheiro Fernando, e ele estava de férias e ai como ele não passou para sua  
1145 suplente para relatar, ai fomos obrigados a pedir vista para não prejudicar o  
1146 empreendimento, porque não tem nada haver com essa questão. O empreendimento  
1147 já havia cumprido tudo na plenária anterior, somente restando vistas para não

1148 prejudicar o empreendimento. OK! M<sup>a</sup> JUANITA – Esclarecido conselheiro? Algum  
1149 empecimento? Não? Marcos! MARCOS – Só uma dúvida. Não sei se já haveria  
1150 constado. Qual a previsão de produção? M<sup>a</sup> JUANITA – Rosa! TÉCNICA ROSALICE –  
1151 A CGH é de 1W. É pequena. É uma reativação. M<sup>a</sup> JUANITA – Mais esclarecimentos  
1152 conselheiros? Esclarecido, usina é voto! Não é nominal né. ANÁLIA - Anália com a  
1153 relatoria, MÁRCIO - Márcio com a relatoria, ROSILENE - Rosilene com a relatoria,  
1154 FERNANDO - Fernando pela aprovação, FÁTIMA - Fátima pela aprovação, LUIZ  
1155 GEORGE – George, CMAS de Lagoa Santa pela aprovação. AMI - Ami pela  
1156 aprovação, MARCOS - Marcos com a relatoria, EDIR - Edir pela aprovação.  
1157 GUILHERMINA - Guilhermina pela aprovação. ANDRÉ - André pela aprovação. TANIT  
1158 - Tanit pela aprovação HENEDINA - Henedina pela aprovação. M<sup>a</sup> JUANITA Mauro!  
1159 Mauro! MAURO - Mauro para aprovação. MARCELO - Marcelo pela aprovação.  
1160 JUANITA - Juanita com a relatoria. Bom! Aprovado, é CGH de Pedro Teixeira, e nós  
1161 finalizamos a pauta deste conselho nesta manhã de hoje, só que antes, e nós estamos  
1162 com a agenda bastante tranquila, nós vamos falar sobre a conferência, instituir a  
1163 comissão organizadora da conferência. E a Roberta quê dá um informe, vou passar  
1164 para a Roberta e depois o conselheiro Marcelo. ROBERTA – Eu só quero dá um  
1165 informe aqui e pedi Juanita, que a presidência ficasse atenta que me parece que no  
1166 primeiro ou segundo semestre, vai haver um seminário intenacional, puxado pela  
1167 Assembleia Legislativa, com a discussão da pobreza. Eu acho que este conselho se  
1168 não acompanhar, nós vamos depois ficar aqui discutindo leite derramado. Então estou  
1169 chamando a atenção para ficarmos atentos e vai ser puxado pela comissão popular.  
1170 Então para ficarmos cientes e buscarmos os informes. Na Assembléia! E ai nós nos  
1171 mobilizarmos para a inscrição dos conselheiros., porque acho que é uma temática que  
1172 não podemos ficar por trás. Não querido! Eu vi no jornal, estou trazendo aqui para que  
1173 a secretaria executiva busque informação, porque se está saindo pela comissão  
1174 popular e tão logo tenhamos a informação precisa para repassar para nós. Ai eu já  
1175 não sei qual jornal Amor! Eu estou dando a notícia. Jornal só da noticia não dá  
1176 informação detalhada não. Só dá noticias que vai ter um seminário internacional,  
1177 puxado pela assembleia, mas não dá detalhamento porque este detalhamento é só na  
1178 comissão organizadora. M<sup>a</sup> JUANITA – Obrigada Roberta, eu peço a secretaria  
1179 executiva que fique atenta à informação considerando a importância da temática. Bom  
1180 o conselheiro Marcelo, pede para avisar que nós todos estamos recebendo do  
1181 CRESS, seminário nacional trabalho do assistente social no SUAS, muito obrigada  
1182 Marcelo, ao CRAS, por ter encaminhado este exemplar para nós. Bom! Com relação à  
1183 comissão organizadora da conferência Consolação está lembrando aqui, que na  
1184 resolução que foi realizada na plenária passada de chamamento da conferência



1185 estadual, já havia lá a comissão organizadora da conferência. A comissão é formada  
1186 por quatro conselheiros das comissões temáticas do CEAS, um representante do setor  
1187 de finanças da SEDESE, um representante do setor de eventos da SEDESE e dois  
1188 representantes da secretaria executiva do CEAS. Estou aqui em mãos com a minuta  
1189 de ofício para a SEDESE, solicitando a indicação dos dois membros, para iniciarmos  
1190 os trabalhos da comissão. Esclarecidos, então não temos. Dois representantes da  
1191 área meio da SEDESE. (falas ao fundo) está OK! No mais agradecer a presença de  
1192 todos, e pela primeira vez nossa plenária termina no horário da manhã. Muito obrigada  
1193 e bom retorno, aos municípios e aos seus locais de trabalho. (falas ao fundo). Nada  
1194 mais havendo, encerrou-se a presente ata degravada que após lida e aprovada será  
1195 assinada pelos presentes.